

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA –
PPGL

João Vinicius de Almeida Braga

PLURAL NU: Uma visão indefinida

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de mestre em
linguística.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Roberta
Pires de Oliveira

Florianópolis

2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

B813p Braga, João Vinicius de Almeida

Plural Nu [dissertação] : uma visão indefinida / João Vinicius de Almeida Braga ; orientadora, Roberta Pires de Oliveira. - Florianópolis, SC, 2011.

87 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Língua portuguesa - Brasil - Semântica.
I. Oliveira, Roberta Pires de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística.
III. Título.

CDU 801

João Vinicius de Almeida Braga

PLURAL NU: Uma visão indefinida

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Linguística”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Florianópolis, 31 de Janeiro de 2011.

Banca Examinadora:

Prof.^a, Dr.^a Roberta Pires de Oliveira,
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.^a, Dr.^a Ana Lúcia de Paula Müller,
Universidade de São Paulo – USP

Prof., Dr. Renato Miguel Basso,
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof., Dr. Ronald Taveira da Cruz,
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof., Dr. Carlos Miotto,
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Dedico este trabalho à Leonor Simioni, por todo incentivo, paciência e principalmente por me servir de exemplo não só acadêmico mas também de ser humano.

AGRADECIMENTOS

Primeiro à Deus.

À minha orientadora, Roberta Pires de Oliveira, por confiar na minha capacidade.

Às professoras Ina Emmel e Ana Lúcia de Paula Müller pelos valiosos comentários na banca de qualificação. Novamente à professora Ana Müller e aos professores Renato Miguel Basso, Ronald Taveira da Cruz e Carlos Miotto por terem aceito o convite para a banca de defesa.

À meus pais, Wallace e Raquel, por acreditarem em mim e me darem liberdade de seguir meu caminho.

Ao NEG, por ser minha casa por mais dois bons anos.

Aos amigos e colegas do NEG, em especial à Jaqueline Scarduelli, Ana Pessotto, Laiza Sena, Ruan Mariano, Letícia Lemos, Diego Vigoti, Lovânia Roerig, pelas reuniões e discussões interessantes.

Aos professores do NEG, especialmente Sandra Quarezemin e Renato Basso, por manterem suas portas abertas para escutar minhas dúvidas não semânticas e me ajudar a encontrar respostas.

À PGL e a UFSC por me receberem tão bem.

À Leonor Sinioni pelo conforto, paz, carinho, amizade e amor devotados durante esse processo, agradeço imensamente.

À CAPES pelo apoio financeiro.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é investigar a distribuição e interpretação do plural nu no português brasileiro (doravante PB). Para isso, começamos por mostrar, no primeiro capítulo, como a genericidade se manifesta nas línguas naturais, tomando por base o clássico estudo de Krifka *et. al.* (1995). Ainda no primeiro capítulo, tratamos da proposta de Carlson (1977 principalmente), que analisa o plural nu do inglês como um designador rígido, e do trabalho de Chierchia (1998), que desenvolve essa proposta e a amplia para as demais línguas através do parâmetro de mapeamento nominal.

No segundo capítulo, apresentamos as análises para o plural nu do PB, mostrando que existem basicamente duas propostas: a de Müller (2000, 2002a, 2004), que entende o plural nu como um indefinido genérico, e a de Schmitt & Munn (1999, 2002) e Dobrovie-Sorin & Pires de Oliveira (2008), que entendem o plural nu do PB como nome de espécie. Além delas, Müller (2002b) argumenta em favor da ambiguidade deste sintagma.

No terceiro capítulo, defendemos a análise segundo a qual o plural nu do PB é um indefinido. Para isso, mostramos que, nos testes propostos por Krifka *et. al.* (1995), o comportamento deste sintagma não é compatível nem com um nome de referência a espécie, nem com a análise que o toma como um elemento ambíguo (cf. Müller, 2002b). Mostramos também que o plural nu entra em relações de escopo (seguindo Pires de Oliveira & Rothstein (2010)) e tem interpretação não-contraditória em contexto de coordenação, além de se comportar como o indefinido singular em contextos de retomada por anáfora possessiva (seguindo a intuição de Viotti & Müller, 2003). Tomamos todos esses fatos como evidências em favor de nossa análise. Também mostramos que o plural nu necessita de átomos em sua denotação e que ele não necessariamente é ordenado em termos de reticulado.

No quarto capítulo, mostramos que o plural nu e o singular nu apresentam diferenças em sua distribuição e interpretação, contrariamente ao que se normalmente se assume, na mesma linha de Pires de Oliveira & Rothstein (2010).

Palavras-chave: Plural nu. Indefinido. Genericidade.

ABSTRACT

The main goal of this work is to analyze the bare plural in Brazilian Portuguese (henceforth BrP). We start from Krifka et. al. (1995) recalling what is genericity and how it is expressed in natural languages. From this, we discuss Carlson's (1977) work, who analyzes the bare plural in English as a proper name, especially because Chierchia (1998) builds on his analysis to develop a proposal which explains the distribution of bare nominals in all languages. In the second chapter, the literature about Bare Plural in BrP is described, revealing that there are two main hypotheses: Müller (2000, 2002a, 2004) argues in favor of an indefinite view for bare plurals based on Chierchia's denotation and the tests proposed by Krifka et. al. (1995), and Schmitt & Munn (1999, 2002) and Dobrovie-Sorin & Pires de Oliveira (2008) develop Carlson's arguments for BrP, and show that BrP is not included in Chierchia's parameter. Finally, Müller (2002b) argues for an ambiguous view of the Bare Plural in the same spirit.

The third chapter is devoted to defending the analysis according to which the bare plural is an indefinite. To do so, we first show that the bare plural does not behave as a kind referring expression nor as an ambiguous term. Then we show that bare plurals enter scope relations, have a non-contradiction interpretation in coordinate contexts, and behave as the singular indefinite in contexts of possessive anaphora. All of that contributes to our claim that the bare plural is an indefinite. We also claim that bare plurals have atoms in their denotation and are possibly not structured in terms of a lattice.

Finally, in chapter four we show that, contrary to what is normally assumed in the literature, the bare singular and the bare plural have different distribution and interpretation, following Pires de Oliveira & Rothstein (2010).

Keywords: *Bare Plurals. Indefinites. Genericity.*

LISTA DE SÍMBOLOS

\neg = negação

\rightarrow = implica

\nrightarrow = não implica

\leq = ser parte de

\forall = quantificador universal

\exists = quantificador existencial

x/y = variáveis

$a/b/c$ = átomos de um domínio

\cup = operador que transforma espécies em predicados

\cap = operador que transforma pluralidades em espécies

ι = operador iota

λ = representação do cálculo lambda

LISTA DE ABREVIATURAS

cf = conforme/confira

SN = sintagma nominal

PB = português brasileiro

At = átomo

Mol = molécula

SUMÁRIO

<u>0 INTRODUÇÃO</u>	17
0.1 OBJETIVOS E HIPÓTESES	18
0.2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	19
<u>CAPITULO I – A GENERICIDADE E O PLURAL NU NAS LÍNGUAS NATURAIS</u>	21
1.1 INTRODUÇÃO	21
1.2 OS TESTES DE KRIFKA ET. AL. (1995)	22
1.3 CARLSON (1982)	30
1.4 CARLSON (1977)	33
1.5 CHIERCHIA (1998)	39
1.6 CONCLUSÃO	43
<u>CAPITULO II- O PLURAL NU DO PB: ABORDAGENS PRÉVIAS</u>	45
2.1 INTRODUÇÃO	45
2.2 MÜLLER: O PLURAL NU É INDEFINIDO OU AMBÍGUO?	45
2.2.1 O PLURAL NU EM SENTENÇA GENÉRICA	48
2.2.2 O PLURAL NU EM SENTENÇA EPISÓDICA	50
2.3 SCHMITT & MUNN: PLURAL NU É ESPÉCIE?	52
2.4 CONCLUSÃO	52
<u>CAPITULO III – ÁTOMOS E INDEFINIDOS</u>	57
3.1 INTRODUÇÃO	57
3.2 OS TESTES DE KRIFKA ET. AL. (1995) E VIOTTI & MÜLLER (2003)	57
3.3 A DENOTAÇÃO DO PLURAL NU	63
3.3.1 SENTENÇAS GENÉRICAS	63
3.3.2 SENTENÇAS EPISÓDICAS	63
<u>CAPITULO IV – DIFERENÇAS ENTRE O PLURAL NU E O SINGULAR NU</u>	73
4.1 INTRODUÇÃO	73
4.2 KRIFKA ET. AL. (1995)	74
4.3 POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO DE ESCOPO DOS NOMINAIS NUS DO PB	79
4.4 OS NOMINAIS NUS EM SENTENÇAS EPISÓDICAS	81
4.5 CONCLUSÃO	82

CAPITULO V - CONCLUSÕES 83

REFERÊNCIAS 85

0 INTRODUÇÃO

O ponto central do estudo que apresentamos é fazer uma investigação das ocorrências do plural nu tanto na posição de sujeito quanto na posição de objeto de predicados genéricos e episódicos, sempre observando se o tratamento dado pela literatura é adequado para esse sintagma. Desenvolveremos nossas intuições e juízos a partir das afirmações já realizadas principalmente com base em Müller (2002a) e Pires de Oliveira & Rothstein (2010).

O fenômeno aqui trabalhado costuma ser visto como não sendo tão produtivo quanto, por exemplo, o singular nu. O plural nu é também visto como pertencente ao registro mais formal da língua e se encaixa na grande discussão sobre o sintagma nominal (doravante SN) das línguas naturais.

Algumas sentenças que exemplificam nosso objeto de estudo podem ser vistas em (1):

- (1) a. Elefantes são inteligentes.
- b. Eu vi elefantes no circo.
- c. Pedro adora elefantes.
- d. Elefantes estão andando pro norte.
- e. Maria sempre vê elefantes de circo.

Como mostram as sentenças em (1), o plural nu pode ocorrer tanto em posição de sujeito quanto em posição de objeto, tanto de sentenças episódicas quanto de sentenças genéricas. Suas interpretações documentadas são controversas, como veremos ao longo do nosso trabalho.

Existem duas grandes hipóteses sobre o estatuto do plural nu no PB: (i) é um indefinido, no sentido de introduzir uma variável, que deve ser presa pelo quantificador genérico, ou existencial da sentença, (MÜLLER 2000, 2002a, 2004, MÜLLER & OLIVEIRA 2004, PIRES DE OLIVEIRA & ROTHSTEIN 2010 e PIRES DE OLIVEIRA 2010), e (ii) é uma expressão de referência à espécie, tendo o mesmo comportamento do singular nu no PB (SCHMITT & MUNN 2002, e

DOBROVIE-SORIN & PIRES DE OLIVEIRA 2008, entre outros). Nesse trabalho, defenderemos a primeira hipótese.

Partindo dos testes de Krifka *et.al.* (1995), definiremos o que é a genericidade e como ela se dá nas línguas naturais. Já as assunções de Carlson (1977,1982) e Chierchia (1998) nos ajudarão a entender a estruturação dos SNs, quer ontologicamente, quer enquanto argumento sintático.

Para o PB nossa proposta toma por base considerações feitas em outras análises: (i) o plural nu é um indefinido, (ii) entra em relações de escopo, (iii) tem o mesmo comportamento do indefinido singular em testes de retomada anafórica e contradição, (v) deve ser distanciado do singular nu.

Müller (2000 e posteriores) afirmam que o plural nu é um indefinido genérico, Pires de Oliveira & Rothstein (2010) mostram as diferenças entre o singular nu e o plural nu sintática e semanticamente.

0.1 OBJETIVOS E HIPÓTESES

O objetivo principal de nosso trabalho é debater o estatuto de nome de espécie atribuído ao plural nu no PB. Nossa hipótese é a de que o plural nu é um indefinido e não denota espécie, contra, p. ex., SCHMITT & MUNN 1999, 2002; MUNN & SCHMITT 2005; DOBROVIE-SORIN & PIRES DE OLIVEIRA 2008, entre outros. Argumentos para essa hipótese são, por exemplo, o comportamento dessas expressões em contextos de ligação-A (cf. VIOTTI & MÜLLER 2003), que indica que o plural nu não pode ser um nome de espécie, os efeitos de monotonicidade, que indicam que o plural nu é um termo específico, e o fato de o plural nu entrar em interação de escopo, comportando-se como um indefinido.

A comparação com o singular nu também servirá como argumento para nossa hipótese. Ao mesmo tempo em que as hipóteses sobre o plural nu na literatura se dividem em (i) indefinido genérico, e (ii) expressão de referência a espécie, essa mesma literatura é quase unânime em afirmar que plural nu e singular nu têm a mesma semântica com quase nenhuma diferença em termos da distribuição sintática. Quanto a isso, seguiremos Pires de Oliveira (2010), que mostra que esses elementos são, na realidade, bastante diferentes.

0.2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

No primeiro capítulo faremos uma breve retomada de alguns estudos clássicos sobre a genericidade em si e os modos de detectá-la, apresentando conceitos gerais, seguindo Carlson (1982, 1977), os testes de Krifka *et. al.* (1995), e também o estudo de Chierchia (1998).

No segundo capítulo, revisaremos a literatura sobre o plural nu do PB, com ênfase nas duas hipóteses mencionadas anteriormente, e no terceiro capítulo apresentaremos nossas intuições sobre o plural nu, retomando tanto os testes de Krifka *et. al.* (1995), quanto testes outros que podem auxiliar no nosso julgamento do plural nu.

O quarto capítulo apresenta a comparação entre o plural nu e o singular nu, problematizando o estatuto de igualdade que é assumido hoje na literatura sobre o assunto e defendendo a argumentação de Pires de Oliveira & Rothstein (2010).

Por fim, o quinto capítulo retoma todos os principais pontos do percurso feito durante todo o trabalho e procura, ao invés de oferecer uma explicação única, caminhos e análises possíveis para o plural nu, centro de nosso trabalho.

CAPITULO I – A GENERICIDADE E O PLURAL NU NAS LÍNGUAS NATURAIS

1.1 INTRODUÇÃO

A genericidade nas línguas naturais pode se manifestar em dois campos distintos: (i) no SN que denota um *genus*, conhecido por expressão de referência a espécie, e; (ii) no sintagma verbal, que é então chamado de predicado genérico. Segundo Krifka *et. al.* (1995), existem várias subdivisões dentro dos predicados genéricos; eles podem ser habituais, caracterizadores, disposicionais, entre outros. Para esse trabalho, interessa a diferenciação entre os predicados mencionados anteriormente e os predicados particulares, que, dentre outras características, fixam um tempo e espaço específico para atribuírem suas propriedades¹. Os exemplos abaixo ilustram essas diferenças:

(2) a. O rato transmite doenças.

b. Cobra é bicho perigoso.

(3) a. Pedro está caçando um coelho.

b. Um cachorro está latindo no meu jardim.

Podemos notar que em (2) os SNs sublinhados são expressões de referência a espécie e que o predicado também é genérico, o que significa que é possível combinar as duas maneiras de expressar a genericidade em uma única sentença. Em (3) temos exemplos de sentenças particulares, nas quais temos um indivíduo específico (indivíduo do tipo objeto, que será melhor apresentado na próxima seção) realizando uma determinada ação². Podemos também fazer asserções genéricas sobre indivíduos particulares, como exemplificado em (4), e combinar expressões de referência a espécie com predicados particulares, como é possível ver em (5):

(4) a. Pedro é inteligente.

¹ Gostaríamos de ressaltar que nesta apresentação dos testes dos autores, manteremos os seus juízos e interpretações das sentenças.

² Estamos usando uma noção vaga sobre o que é realizar uma determinada ação.

b. Um gato tem rabo.

(5) a. A batata foi primeiro cultivada no Chile.

b. Pedro está caçando pato.

Na próxima seção, discutiremos em detalhe os testes propostos por Krifka *et. al.* (1995) para identificar as manifestações da genericidade.

1.2 OS TESTES DE KRIFKA *ET. AL.* (1995)

O estudo de Krifka *et. al.* (1995) apresenta um panorama dos estudos da genericidade, abrangendo diversas línguas como inglês, alemão, francês e chinês. Os autores, assim como outros trabalhos que serão abordados mais adiante, assumem que o plural nu do inglês, assim como o definido singular, pode ser uma expressão de referência a espécie, bem como os nomes de massa nus (KRIFKA *et. al.*, 1995: 5) quando combinados com predicados caracterizadores.

(6) a. *The wolf is a smart animal.*

O lobo é um animal inteligente.

b. *Wolves are smart animals.*

Lobos são animais inteligentes.

c. *Water is healthy.*

Água é saudável.

Na continuação, argumentam que alguns indefinidos podem ser usados num tipo especial de denotação, a hierarquia taxonômica. Esse uso se dá através de uma estrutura “secundária”, como “*namely the Humpback whale*” em (7), e deve ser entendido como uma expressão de referência a espécie.

(7) a. *The Greenpeace protects a (certain) large mammal, namely the Humpback whale.*

O Greenpeace protege um (certo) mamífero grande, nomeadamente a baleia Jubarte.

b. *One metal, namely gold, went strongly down on the market.*

Um metal, nomeadamente ouro, despencou no mercado.

Os autores apresentam ainda outros SNs que funcionam como expressões de referência a espécie, como “*this kind of*”, que pretendemos mostrar que não são realmente expressões de referência a espécie, mas expressões que denotam um indivíduo objeto ou grupo de indivíduos determinados.

Examinando os tipos de predicados, Krifka *et. al.* (1995) afirmam que não existe um tipo inerente de predicado genérico, mas que existe uma correlação aspectual que exerce uma influência grande na interpretação, quer genérica quer particular, de um determinado predicado. Os casos ambíguos em inglês, segundo eles, seriam o presente simples, o passado e o futuro (em (8)); já o presente progressivo e o passado perfeito tenderiam mais, embora não exclusivamente, à interpretação particular (ver (9)).

(8) *Peter walks/ walked/ will walk to work.*

Pedro caminha/ caminhou/ vai caminhar até o trabalho.

(9) *Peter is walking/ has walked to work.*

Pedro tá caminhando/ tem caminhado até o trabalho.

Apesar do que foi exposto, os autores deixam claro que essas são apenas tendências que podem ou não se verificar; a inserção de outros elementos ou constituintes pode alterar a interpretação, conforme veremos nos testes.

Já que as sentenças genéricas não têm necessariamente um marcador que indique a genericidade, embora o presente simples³ pareça ser o tempo genérico prototípico, os autores propõem alguns testes para que possamos identificar uma sentença genérica ou particular.

³ Gonçalves (2007) mostra que os tempos contínuos perifrásticos são em geral particulares. Apesar dessa constatação, não podemos negar que outros tempos verbais podem também expressar regularidades e enquadrar a sentença como genérica, afinal, não é exatamente o tempo que define a genericidade da sentença:

- (i) João caminhava nos tempos de faculdade.
- (ii) A raposa irá desaparecer em quinze anos.
- (iii) Gatos tão migrando pro leste por causa das tempestades.
- (iv) Se o aquecimento global continuar, um mamífero não irá mais dominar a terra.

Essas sentenças são todas genéricas apesar de não estarem no presente simples. Porém essas relações entre tempo e genericidade não constituem parte dos objetivos do nosso estudo e serão foco de trabalho futuro.

O primeiro teste nos permite distinguir sentenças caracterizadoras (que expressam regularidades) de sentenças particulares (que expressam eventos particulares), combinando a sentença com advérbios do tipo *usually* ou *typically*. Caso a alteração no sentido da sentença seja apenas para explicitar que existe a possibilidade de exceção à regra, então estamos diante de uma sentença caracterizadora, explicam os autores:

- (10) a. *A cat has four legs.*
Um gato tem quatro patas.
- b. *A cat usually has four legs.*
Um gato normalmente tem quatro patas.
- (11) a. *A cat is sitting on my couch.*
Um gato tá sentado no meu sofá.
- b. *?A cat is usually sitting on my couch.*
Um gato normalmente tá sentado no meu sofá.

Nos exemplos em (10), observamos apenas uma pequena alteração na interpretação⁴ quando inserimos o advérbio *usually*; poderíamos dizer que (10b) é uma asserção mais fraca do que (10a), ou seja, estamos diante de uma sentença caracterizadora. Já em (11) o advérbio altera de modo mais consistente a informação veiculada na sentença, que passa de um evento particular para um evento regular, rotineiro.

Há também exemplos nos quais podemos ter uma dupla interpretação:

- (12) a. *Michael sold sport cars.*
Michael vendeu carros esporte.
- b. *Michael usually sold sport cars.*
Michael normalmente vendia carros esporte.

A sentença em (12a) é ambígua: há uma interpretação em que Michael de fato vendeu alguns carros esporte durante um certo tempo, e

⁴ Como notam os autores (KRIFKA *et. al.*, 1995: 9), a noção de ‘uma pequena alteração no sentido da sentença’ não é precisa.

outra na qual era o encarregado de vendê-los, mesmo que não tenha vendido nenhum. Caso tomemos essa última interpretação, a paráfrase em (12b) apresenta um leve alteração da sentença em (12a), e estamos diante de uma sentença caracterizadora; por outro lado, segundo os autores, tomando a primeira interpretação possível para (12a), o advérbio em (12b) causa uma alteração muito maior na interpretação da sentença, e não temos uma sentença caracterizadora.

O segundo teste apresentado pelos autores (KRIFKA *et. al.* 1995: 10) mostra quais tipos de SNs podem fazer referência à espécie. Existem poucos predicados que podem ser preenchidos exclusivamente por expressões de referência a espécie; alguns exemplos são *be extinct*, *be invented*, *be widespread*, *be protected by law*, entre outros. Vejamos alguns exemplos:

(13) a. *Dinosaurs are extinct.*

Dinossauros estão/foram extintos.

b. *The telephone was invented in 1860.*

O telefone foi inventado em 1860.

c. *A (certain) whale, namely the Humpback whale is protected by law.*

Uma (certa) baleia, nomeadamente a baleia Jubarte, está protegida por lei.

d. *A whale is protected by law.* (interpretação de espécie não OK)

Uma baleia é protegida por lei.

Os autores argumentam que no inglês todos os SNs em (13a-c) servem como expressões de referência a espécie, mas defendem que nem todo SN é inequivocamente uma expressão de referência à espécie. Por exemplo, os indefinidos não-taxonômicos (13d) não seriam expressões de referência à espécie.

É necessário um pequeno parêntese para explicarmos o uso do indefinido singular nesse tipo de contexto. O indefinido singular tem sempre disponível a interpretação não-específica. Assim, em (13d) temos a interpretação de que uma baleia qualquer está protegida por lei. E temos em (13c) a interpretação de que uma espécie particular de baleia está protegida por lei; esta é a interpretação taxonômica e é considerada pelos autores como uma expressão de referência à espécie.

O terceiro teste diferencia os SNs de referência à um objeto dos SNs de referência à espécie. Os autores explicam que nem todo SN pode fazer referência à espécie (KRIFKA *et. al.* 1995: 11), e que mesmo em sentenças caracterizadoras alguns SNs só fazem referência ao objeto e têm interpretação existencial; a condição para isso é que o objeto denotado não seja uma “espécie bem estabelecida” (embora esse conceito não seja bem definido no estudo dos autores). Note-se a diferença entre (14a) e (14b):

- (14) a. *The race horse is a very fast animal.*
O cavalo de corrida é um animal muito rápido.
- b. *The white horse is a very fast animal.*
O cavalo branco é um animal muito rápido.

Apenas o SN em (14a) denota uma espécie bem estabelecida; (14b), apesar de ser uma sentença caracterizadora, tem em seu SN a denotação de um objeto.

Já os exemplos em (15) nos mostram que, ao menos no inglês, certos usos do plural nu e dos nomes de massa nus se aproximam mais do indefinido singular (discutido anteriormente) do que das expressões de referência a espécie⁵; apesar de ambas serem compostas de um predicado caracterizador, a primeira apresenta um indefinido singular, e segundo os autores, as outras duas têm SNs ambíguos entre a denotação de indivíduo (15) e de estágio (16):

- (15) a. *A white horse (usually) is a very fast animal.*
Um cavalo branco (normalmente) é um animal muito rápido.
- b. *White horses (usually) are very fast animals.*
Cavalos brancos (normalmente) são muito rápidos.
- c. *Polished silver (usually) is bright.*
Prata polida (normalmente) é brilhante.

⁵ Apesar de os autores não serem explícitos, uma conclusão possível com base nesses testes é a de que o plural nu é ambíguo entre uma expressão de referência à espécie e um indefinido em inglês.

Os exemplos em (16) nos mostram que os SNs em (15) têm interpretação de estágio que contrastam com a possível interpretação de indivíduo dos exemplos em (15):

(16) a. *A white horse ran around the park yesterday.*
Um cavalo branco correu em volta do parque ontem.

b. *White horses ran around the park yesterday.*
Cavalos brancos correram em volta do parque ontem.

c. *Silver was sold very cheap last week.*
Prata foi vendida muito barato semana passada.

O quarto teste, como o primeiro, distingue sentenças caracterizadoras de sentenças particulares, porém através de outra estratégia. Os autores estabelecem uma correlação entre predicados estativos e caracterizadores de um lado (sentenças em (17)) e não-estativos (dinâmicos) e particulares de outro (sentenças em (18)):

(17) a. *The German drinks beer with his lunch.*
O alemão bebe cerveja com seu almoço.

b. *A German drinks beer with his lunch.*
Um alemão bebe cerveja com seu almoço.

c. *Germans drink beer with their lunch.*
Alemães bebem cerveja com seus almoços.

d. *Sebastian drinks beer with his lunch.*
Sebastian bebe cerveja com seu almoço.

(18) a. *The German is drinking beer with his lunch.*
O alemão está bebendo cerveja com seu almoço.

b. *A German is drinking beer with his lunch.*
Um alemão está bebendo cerveja com seu almoço.

c. *Germans are drinking beer with their lunch.*
Alemães estão bebendo cerveja com seus almoços.

d. *Sebastian is drinking beer with his lunch.*

Sebastian está bebendo cerveja com seu almoço.

Segundo os autores, as sentenças em (18) mostram que um nome de espécie pode ocorrer com um predicado não-estativo. Mais do que isso, os exemplos acima mostram (KRIFKA *et. al.*, 1995: 12) que a combinação de um predicado não-estativo (dinâmico) com um SN indefinido (18b) apresenta uma ambiguidade entre as interpretações taxonômica e indefinida. Exemplos como (19), de nossa autoria, confirmam, segundo a explicação deles para o teste, as interpretações obtidas em (17) e (18), por (19a) o SN ser de referência a espécie e o predicado ser não-estativo; (19b) tem o plural nu como SN de espécie; (19c) mostra o nome de massa como Sn de espécie e (19d) o indefinido singular mostra a ambiguidade do indefinido entre as interpretações taxonômica e indefinida:

(19) a. *The car was introduced in Brazil in 1950.* (leitura de espécie OK)

O carro foi introduzido no Brasil em 1950.

b. *Cars were introduced in Brazil in 1950.* (leitura de espécie OK)

Carros foram introduzidos no Brasil em 1950.

c. *Milk was being studied in Switzerland by chocolate factories in the 50's.* (leitura de espécie OK)

Leite estava sendo estudado na Suíça pelas fábricas de chocolate nos anos 50.

d. *A car was introduced in Brazil in 1950.* (ambígua taxonômica e indefinida/existencial)

Um carro foi introduzido no Brasil em 1950.

O quinto teste diferencia propriedades “essenciais” de propriedades “acidentais”. As sentenças caracterizadoras tratariam das propriedades ditas essenciais e as sentenças particulares, das propriedades acidentais:

(20) a. *The dog is spotted*
O cachorro é malhado.

b. *The dog is friendly*

O cachorro é amigável.

c. Dogs are spotted.
Cachorros são malhados.

d. Dogs are friendly.
Cachorros são amigáveis.

e.?? A dog is spotted.
Um cachorro é malhado.

f. A dog is friendly.
Um cachorro é amigável.

Os autores consideram que *spotted* é uma característica accidental e *friendly* é uma característica essencial. (20e) é estranha com interpretação de sentença caracterizadora, já que não se trata de uma propriedade essencial e nem de um SN de referência a espécie, diferente das outras sentenças que ou possuem um predicado essencial ou um SN de referência a espécie.

Outro teste apresentado por eles é o da monotonicidade. Ao combinarmos predicados particulares com SNs indefinidos que denotam objetos (e não espécies), é possível substituímos o sintagma indefinido por outro “menos informativo” sem alterar a verdade das sentenças (21a). Com SNs genéricos isso não é possível: observe que em (21b), em que o predicado episódico é substituído, formando uma sentença caracterizadora, a relação de implicatura é alterada.⁶

(21) a. *Department stores were closed to customers yesterday* →
Stores were closed to customers yesterday

Lojas de departamentos estavam fechadas para os clientes ontem → Lojas estavam fechadas para os clientes ontem.

b. *Department stores are efficient* ↔ *Stores are efficient.*

Lojas de departamentos são eficientes ↔ Lojas são eficientes.

⁶ Os exemplos em (21) também mostram que o plural nu pode ter tanto uma interpretação existencial quanto uma interpretação genérica.

As sentenças caracterizadoras não apresentam a propriedade da monotonicidade com nenhum tipo de SN, segundo os autores. Isso é demonstrado em (22):

(22) a. *Department stores are functional* ↔ *Stores are functional*.
Lojas de departamentos são funcionais ↔ Lojas são funcionais.

b. *A department store is functional* ↔ *A store is functional*.
Uma loja de departamentos é funcional ↔ Uma loja é funcional.

Repare que tanto com o plural nu quanto com o indefinido singular as interpretações com um sintagma menos informativo não resultam na manutenção da verdade da sentença. Os exemplos em (22) mostram que apenas nas sentenças episódicas podemos evidenciar o contraste entre os SNs que podem ter interpretações existencial e genérica.

Resumindo os resultados dos testes propostos por Krifka *et. al.* (1995) quanto à distribuição cruzada de interpretações (específico/referência a espécie), temos que um SN pode ser: (i) não específico e de não referência a espécie, como em (10); (ii) específico e de não referência a espécie, como em (11); (iii) não específico mas de referência a espécie, como em (13); e (iv) específico e de referência a espécie, como em (20a). Já a distribuição cruzada de sentenças (caracterizadoras/específicas/de referência a espécie), pode ter as seguintes combinações:

- (a) caracterizadora, específica e de referência a espécie, (17a);
- (b) caracterizadora, específica e de não referência a espécie, (12a);
- (c) caracterizadora, não específica e de referência a espécie, (13c);
- (d) caracterizadora, não específica e de não referência a espécie, (15a);
- (e) particular, específica e de referência a espécie, (19a);
- (f) particular, específica e de não referência a espécie, (18a).

1.3 CARLSON (1982)

Carlson (1982) afirma que podemos ter espécies naturais e nominais; um termo como ‘carnívoro’ denota uma espécie nominal, enquanto ‘cachorro’ denota uma espécie natural, por exemplo. Para o autor, uma espécie nominal aparentemente não costuma aparecer com

predicados de espécie natural; ele dá como exemplo o predicado ‘ser/estar extinto’⁷.

- (23) a. *Dinosaurs are extinct.*
Dinossauros estão extintos.
- b. *Carnivores are extinct.*
Carnívoros estão extintos.

O autor também argumenta que espécies poderiam ser tratadas como conjuntos, mas como veremos nos exemplos seguintes, isso traria dificuldades em se aplicar um predicado que requer um conjunto extensionalmente formado por objetos definidos a termos de espécie, além de outros problemas como a intensionalidade do termo, por exemplo⁸.

- (24) a. *Dozens of students had met in the square to see themselves.*
Dezenas de estudantes se encontraram na praça.
- b. *Gugu, Silvio and Fausto had met and changed gifts.*
Gugu, Silvio e Fausto se encontraram e trocaram presentes.

Os exemplos em (24) mostram como conjuntos de objetos extensionalmente definidos se comportam com os predicados que solicitam esse tipo de sujeito, segundo a argumentação do autor. Caso coloquemos esses mesmos predicados com expressões de referência a espécies, no mesmo quadro extensional, seremos obrigados a interpretar como se todos os membros do conjunto (no caso a espécie toda) estivessem presentes no evento:

- (25) a. *Students have met themselves in the square.*
Estudantes se encontraram na praça.
- b. *Dogs have met themselves and shared the food last winter.*
Cachorros se encontraram e dividiram a comida no último inverno.

⁷ Dada a possibilidade de (23b) o autor argumenta que deveríamos então tentar outro modo de separar os tipos de espécies e este conceito acaba sendo deixado de lado.

⁸ Voltaremos às questões relativas à intensionalidade da codificação do nome de espécie e dos predicados extensionais que requerem conjuntos de objetos definidos.

Cabe apenas ressaltar agora que os exemplos em (25) e em (24) têm uma certa equivalência na interpretação dos SNs. O autor apresenta dois fortes argumentos para que o plural *nu* em inglês seja tratado como uma entidade básica: (i) em todos os contextos em que um termo de referência ao indivíduo objeto, como *Hover*, pode aparecer, um plural *nu* também pode (exemplos em (26)); e (ii) indivíduos do tipo espécie podem ser instâncias relacionadas no espaço e tempo com outras instâncias do mesmo indivíduo, ou com instâncias de diferentes indivíduos.

- (26) a. *Dogs bark.*
Cachorros latem.
- b. *Hover barks.*
Hover late.
- c. *Dogs were barking on my lawn.*
Cachorros tavam latindo no meu quintal.
- d. *Hover was barking on my lawn.*
Hover tava latindo no meu quintal.

Os pares de sentenças acima mostram exatamente o comportamento da expressão de referência a espécie em equivalência com um nome de indivíduo do tipo objeto. Veja que os dois nomes podem ser usados com os mesmos predicados. Já no que se refere a colocação em (ii) acima, o exemplo (26c) funciona tanto para cachorros conhecidos, ou seja, as instâncias dos indivíduos relacionadas com outras instâncias dos mesmos indivíduos que “were barking on my lawn”, quanto diferentes instâncias de diferentes indivíduos.

O autor recusa a estratégia de representar espécies como conjuntos sob a alegação de que um predicado de espécie não se combina com um conjunto formado por mais de um nome próprio, por exemplo, João, Pedro, Tiago e Rafael. Outra proposta rejeitada pelo autor é a de tratar os nomes de espécie como propriedades, ou intensões de conjuntos, pois isso, entre outros problemas, misturaria nomes de espécie com propriedades como “maternidade”, ou “inteligência”.

Vamos nos deter sobre a abordagem do autor para as condições de verdade das sentenças genéricas em geral. Carlson (1982: 159) apresenta primeiramente as sentenças habituais sem qualquer termo genérico; ele descarta a análise em que um quantificador implícito

prende a variável introduzida pelo nome indefinido (já que, para ele, o plural nu é um designador rígido), mas sim uma variável implícita de situações:

- (27) *Peter speaks Italian.*
Pedro fala italiano.

Uma paráfrase possível seria “sempre que há uma situação em que Pedro fala, ele fala italiano”, apenas para exemplificarmos.

A abordagem de Carlson (1977) para diferenciar sentenças habituais de episódicas está pautada na relação que o predicado estabelece com o indivíduo, ou estágios dele. Abordaremos essa relação na próxima seção.

1.4 CARLSON (1977)

Carlson (1977) discute o plural nu em sentenças genéricas e episódicas considerado-o um designador rígido. O autor afirma que este sintagma pode ocorrer tanto com predicados genéricos quanto episódicos, obedecendo as mesmas condições dos nomes próprios e respeitando a mesma realização de estágios de um indivíduo⁹. Mais especificamente, se afirmamos algo temporário sobre Pedro, então afirmamos algo sobre um estágio de Pedro, e se afirmamos uma propriedade permanente de Pedro, então afirmamos uma propriedade do indivíduo Pedro, como exemplificaremos abaixo. O mesmo se dá com um plural nu, ou seja, quando combinado com um predicado episódico, estamos diante de estágios dos indivíduos denotados pelo SN, e quando combinado com um predicado genérico estamos diante do indivíduo:

- (28) a. *Peter is mentally ill.*
Pedro é doente mental.
- b. *Dogs are widespread.*
Cachorros estão espalhados (pelo mundo).
- c. *Peter is getting sick.*
Pedro está ficando doente.

⁹ Como nosso trabalho não está interessado em comparar a semântica do plural nu com a dos nomes próprios não entraremos nos detalhes da relação proposta pelo autor, também por estarmos defendendo a visão de que o plural nu é de fato um indefinido.

d. *Dogs howl at night.*

Cachorros uivam de noite.

Em (28a) apresentamos um predicado de indivíduo, afinal ser deficiente é uma propriedade inerente ao objeto Pedro. Em (28b) combinamos o plural nu com um predicado de espécie. Em (28c) temos o predicado *getting sick* ‘ficando doente’ aplicado ao estágio do indivíduo Pedro, já que é uma propriedade “transitória” de um indivíduo objeto limitado no espaço e no tempo. E (28d) é um predicado de indivíduo, segundo o autor, pois é necessário que cada espécime uive de noite para que a sentença seja verdadeira.

Carlson (1977) diz que assim como ‘Pedro’, o nome *dogs* (‘cachorros’) denota um indivíduo. A diferença entre ‘Pedro’ e *dogs* é que o primeiro é um objeto e o último uma espécie. Uma espécie é um tipo de indivíduo especial que não pode realizar-se num estágio em um mesmo lugar num determinado tempo; ou seja, podemos afirmar algo sobre a espécie que pode não ser verdadeiro para o espécime, ou de outro modo, a realização temporal de seus espécimes representa a espécie, mas não são a espécie toda.

(29) *Dogs have four legs.*

Cachorros têm quatro patas.

Repare que mesmo que um espécime, ou mesmo mais de um, não tenha quatro patas, isso não invalida a verdade da sentença, afinal não estamos falando do espécime e sim da espécie. Voltando ao exemplo (26c), na seção anterior, notamos que o plural nu do inglês pode também ser usado com predicados de estágio. Carlson (1977) argumenta que é por causa da relação de realização que isso é possível, assim como é possível afirmar que Pedro está doente. Ou seja, qualquer indivíduo, seja ele uma espécie que é composta de todos os espécimes mas não é o espécime em si¹⁰, ou um objeto (como ‘Pedro’ em nosso exemplo), tem a mesma natureza. Com isso, o autor postula que um indivíduo, seja ele um nome de espécie ou um nome de objeto, está na

¹⁰ Imagine que no mundo existem seis bilhões de cachorros distribuídos em centenas de subespécies diferentes e que por algum motivo uma delas ou uma dezena de subespécies morrem. A espécie ainda está lá. Agora o contrário, uma catástrofe acontece e apenas um cão macho de cada subespécie sobrevive. Assim que essa centena morrer a espécie dos cachorros desaparecerá no nosso mundo.

relação (R) – de realização – com seus estágios que se realizam no tempo e espaço.

O autor rejeita a ideia de que o plural nu é um indefinido principalmente porque (1) o indefinido singular e o plural nu diferem em comportamento quando combinados com predicados de indivíduos: enquanto o indefinido singular tem sempre uma interpretação ambígua, o plural nu apresenta apenas um tipo de interpretação; (2) em contextos de retomada anafórica, os dois SNs têm, também, comportamentos distintos, segundo o autor.

Um indefinido singular em inglês apresenta uma leitura em que temos um ser em específico em mente e outra em que o indivíduo é desconhecido, ou seja, uma interpretação não específica (genérica):

- (30) a. *Mary wishes to have a dog.*
 Maria quer ter um cachorro.
- b. *Mary wishes to have dogs.*
 Maria quer ter cachorros.

Carlson argumenta que apenas a leitura genérica está disponível para o plural nu do inglês (sentença (30b)), ao contrário de (30a) que, como dissemos, apresenta ambiguidade na interpretação. Para ficar mais claro vejamos as estruturas semânticas que estão associadas ao exemplo¹¹:

- (30') a. $(\exists x)$ (dog (x) & Mary wishes Mary have x)
- b. Mary wishes $(\exists x)$ (dog(X) & Mary have x)

As duas estruturas estão disponíveis para (30a), mas para (30b) apenas a estrutura (30'b) está acessível, segundo o autor.

Carlson (1977) utiliza o teste da contradição com o operador de negação para evidenciar as possibilidades de interação de escopo desses SNs. Primeiramente, Carlson utiliza o indefinido singular para mostrar quais são as leituras possíveis:

- (31) *An elephant is in this car.*

¹¹ Carlson faz uma distinção entre o existencial singular e o existencial plural que não faremos aqui. Na notação do autor o operador é acompanhado por “sg” quando singular e por “pl” quando plural.

Um elefante está neste carro.

An elephant is in the next car.

Um elefante está no próximo carro

Therefore: An elephant is in this car and an elephant isn't in this car.

Portanto: Um elefante está neste carro e um elefante não está neste carro.

As leituras são obtidas da conclusão de (31). Na leitura contraditória a negação tem escopo sobre o existencial, ou seja, ou tem elefantes no carro ou não tem elefantes no carro, (veja (31'a) abaixo), e na leitura genérica é o existencial que tem escopo sobre a negação (veja (31'b) abaixo), ou seja, 'tem elefante que tá dentro do carro e tem elefante que tá fora do carro':

(31') a. $(\exists(x))$ (elephant (x) & x is in the car) & $\neg(\exists(x))$ (elephant (x) & x is in the car)

b. $(\exists(x))$ (elephant (x) & x is in the car) & $(\exists(x))$ & (elephant (x) & $\neg(x$ is in the car))

Carlson argumenta que para o plural nu, em (32), apenas a estrutura em (31'a) estaria disponível, ou seja, a interpretação contraditória, em que o existencial está sob o escopo da negação.

(32) *Elephants are in this car and elephants aren't in this car.*

Elefantes estão nesse carro e elefantes não estão neste carro.

Ele aponta ainda estruturas com outros quantificadores, como vemos em (33), para mostrar o tipo de estruturas e interpretações semânticas acessíveis, em (33'):

(33) a. *Every student read a History book to the test.*

Todo aluno leu um livro de história para a prova.

b. *Every student read History books to the test.*

Todo aluno leu livros de história para a prova.

(33') a. $(\forall x) (\text{student } (x) \rightarrow (\exists y) (\text{history book } (y) \ \& \ x \text{ read } y \text{ to the test}))$

b. $(\exists y) (\forall x) (\text{history book } (y) \ \& \ (\text{student } (x) \rightarrow x \text{ read } y \text{ to the test}))$

De novo as duas estruturas em (33') estariam disponíveis para o indefinido singular em (33a), ou seja, (33a) pode tanto ter uma interpretação em que todos os alunos leram o mesmo livro quanto leram um livro qualquer. Já para o plural nu, em (33b), apenas a estrutura em (33'a) estaria disponível, o que implicaria em interpretar a sentença como sendo livros de história quaisquer e não um mesmo conjunto de livros.

Já em relação à retomada anafórica, o indefinido singular em posição de objeto de sentença coordenada no inglês pode ser retomado pelos pronomes *it* e *one*; em posição de sujeito, pode ser retomado por uma categoria vazia (\emptyset), por pronomes (*it*, *he*) e pela repetição do sintagma. Já o plural nu pode ser retomado pelo pronome *them* na posição de objeto e pela categoria vazia (\emptyset), pelo pronome *they* e pela repetição do sintagma na posição de sujeito.

O autor argumenta que para o indefinido singular em posição de objeto temos dois tipos de pronomes que desfazem a ambiguidade e atribuem uma interpretação inequívoca ao antecedente, seja específico, como é o caso de (34a), que tem uma única interpretação de que os dois procuram o mesmo carro, seja genérico, como (34b), em que eles estão procurando carros diferentes, ou engajados em uma atividade de procurar carro:

(34) a. *Peter is seeking a car, and John is seeking it, too.*
Pedro quer um carro e João quer ele, também.

b. *Peter is seeking a car, and John is seeking one, too.*
Pedro quer um carro e João quer um também.

Já para o plural nu, o autor afirma que a retomada por pronome definido na posição de objeto não é esperada, já que esse sintagma não permite uma interpretação específica; contudo, como podemos observar em (35) abaixo, essa retomada é possível, porém mantém a interpretação de que os sujeitos estão procurando carros quaisquer, ou seja, uma interpretação genérica. Veja o exemplo (35):

- (35) *Peter is seeking cars, and John is seeking them too.*
Pedro quer carros e João quer eles também.

As sentenças em (36) mostram a retomada do indefinido singular. Em (36a) temos a retomada pela repetição do sintagma na sentença coordenada, o que exprime a ideia de que as casas são diferentes, e em (36b) a retomada pela categoria vazia, que, segundo o autor, tem apenas a estranha interpretação de que a mesma casa vai sofrer as duas ações em lugares distintos:

- (36) a. *A house will shake in Tokyo next month, and a house will get down in Berlin the month after.*

Uma casa vai tremer em Tóquio mês que vem e uma casa vai cair em Berlim no mês seguinte.

- b. *A house will shake in Tokyo next month, and __ will get down in Berlin the month after.*

Uma casa vai tremer em Tóquio mês que vem e __ vai cair em Berlim no mês seguinte.

Já no caso do plural nu as interpretações são muito próximas entre si, o que implica dizer que diferentemente de (36b), (37b) não tem necessariamente que ter a interpretação de que estamos nos referindo às mesmas casas, mas que a interpretação segue o mesmo caminho de (37a), ou seja, são casas diferentes.

- (37) a. *Houses will shake in Tokyo next month, and houses will get down in Berlin the month after.*

Casas vão tremer em Tóquio mês que vem e casas vão cair em Berlim no mês seguinte.

- b. *Houses will shake in Tokyo next month, and __ will get down in Berlin the month after.*

Casas vão tremer em Tóquio mês que vem e __ vão cair em Berlim no mês seguinte.

Apesar de o autor utilizar outros argumentos para distinguir o plural nu do indefinido singular, os expostos até aqui são suficientes para nossa argumentação e ponto de vista.

1.5 CHIERCHIA (1998)

Partindo dos argumentos de Carlson (1977) segundo os quais o plural nu do inglês é uma expressão de referência à espécie, Chierchia (1998) desenvolve um parâmetro semântico para explicar a sintaxe e a semântica dos SNs nus em posição argumental. O autor se apóia principalmente em dados do inglês para as línguas germânicas, e do italiano, espanhol e francês para as românicas, bem como em exemplos do chinês para a descrição necessária em sua tipologia, que se preocupa principalmente com a distribuição e interpretação dos nomes nus nas sentenças destas línguas. Para as línguas românicas, Chierchia (1998: 341) afirma que a distribuição restrita ou a inexistência do plural nu se deve a duas estratégias: (i) usos genéricos com o SN provido de artigo definido; (ii) usos existenciais com dispositivos de quantificação, como formas plurais do artigo indefinido, para o espanhol:

- (38) *Unas chicas han salido.*
Umás meninas saíram.

Todavia, no PB temos plural nu, e vários autores argumentam que o plural nu no PB possui as mesmas restrições distributivas do plural nu do inglês (cf. MÜLLER 2002, 2003, 2004, SCHMITT & MUNN, 1999, 2002, DOBROVIE-SORIN & PIRES DE OLIVEIRA 2008), portanto deixaremos um pouco de lado a descrição feita pelo autor para as línguas românicas e nos voltaremos para a do plural nu do inglês.

Em sua ontologia, Chierchia (1998: 345) assume que o domínio de quantificação forma um semi-reticulado completo formado tanto por átomos quanto por pluralidades. Desse modo, os elementos na base da estrutura são os átomos, que para o autor correspondem aos indivíduos singulares; já entre as chaves encontramos as pluralidades, cujas referências são os plurais dos indivíduos singulares, que podem ser geradas a partir da soma dos átomos ou das pluralidades¹².

- (39) a. {a,b,c}
- {a,b} {a,c} {b,c}
- a b c
- b. i. {a,b} ≤ {a,b,c}

¹² Estamos reproduzindo em (39) a estrutura encontrada Chierchia (1998: 345), exemplo (9).

ii. $a \leq \{a,b\}$

O autor propõe na cláusula em (39b) que os elementos estão em uma relação de ser parte de, ou de parte/todo. Isto é, o indivíduo plural representado por “ $\{a,b\}$ ” é parte do indivíduo “ $\{a,b,c\}$ ”, assim como o indivíduo singular “ a ” é parte de “ $\{a,b\}$ ”.

A operação de pluralização proposta pelo autor, chamada de PL, exclui os átomos da denotação dos indivíduos, ou seja, um nome plural é considerado verdadeiro para o conjunto (pluralidades) de coisas denotado pelo nome. O predicado *menino* é então verdadeiro para Pedro, para este menino e para o menino que corre no domingo, e o plural *meninos* será verdadeiro para as combinações possíveis entre eles, menos os átomos.

Como o autor está se apoiando nos trabalhos de Carlson, Chierchia (1998) endossa a ideia de que espécies e indivíduos atômicos seriam igualmente abstratos e regidos por um tipo de relação que, nos termos de Chierchia (1998: 349), são funções que pegam em cada mundo a manifestação do indivíduo, seja ele singular ou plural. Precisamos fazer a ressalva de que apesar de estar desenvolvendo a proposta de Carlson, Chierchia (1998) se distancia bastante daquele, principalmente no que concerne ao tipo de operação executada para atingir a denotação requerida pelo predicado, ou seja, enquanto um concebe um tipo de relação entre o indivíduo abstrato e sua realização espaço-temporal, o outro se vale de estratégias operacionais mais complexas para obter os resultados pretendidos.

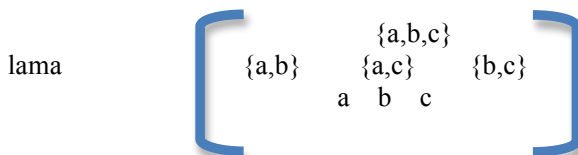
A diferença, mais uma vez, aparece no tipo de relação de realização: para Carlson, como mostramos anteriormente, a relação está baseada na realização de estágios espaço-temporalmente limitados para os objetos e não limitados para as espécies; para Chierchia, se encontra quer na continuidade do indivíduo, quer na descontinuidade da espécie. As espécies, que para Chierchia não necessariamente se restringem à classificação biológica ou mesmo a espécies bem estabelecidas, podem ser de tipos variados e contemplar tanto objetos regulares, como canetas e aparelhos de som, quanto mais complexos, como cachorro de madame e mancha de vinho.

Chierchia (1998: 351) parte da ideia de que não há uma diferença ontológica entre massa e contável afirmando que:

the property of being an instance of a kind does not differentiate between singular and plural instances. Fido is as good an instance of the

*dog-kind as Fido and Barky are. This means that the property corresponding to a kind comes out as being mass.*¹³

Para o autor os nomes de massa saem do léxico já pluralizados, ou seja, neutralizados para a distinção entre singular e plural. Isto é, um nome de massa qualquer terá usos indiferenciados para número. Observe, a título de exemplo, a denotação do nome ‘lama’:



Essa seria a denotação do nome de massa predicativo; o nome de massa argumental denotaria apenas a soma máxima dos indivíduos. Não desenvolveremos todos os argumentos arrolados para os nomes de massa, mas uma das características mais marcantes e interessantes é o fato de não podermos contar diretamente um nome de massa, fazendo-se sempre necessária a presença de um classificador. A aproximação desses domínios, massivo e contável, é importante para o autor poder posteriormente montar seu quadro de mapeamento nominal, que será parametrizado nos usos argumental e predicativo tanto dos nomes massivos quanto dos contáveis, já que os nomes têm essa dupla função, genericamente falando.

O primeiro tipo de língua segundo a classificação proposta por Chierchia é aquela em que todos os nomes ocupam uma posição argumental sem qualquer elemento intermediário, determinante, ou projeção funcional. Tais línguas, como por exemplo o chinês e o japonês, admitem nominais nus livremente e um sistema de classificadores generalizados, além de não haver marcas de plural, levando o autor à conclusão de que todos os nomes são massivos nesse tipo de língua, que apresenta os traços mais argumental e menos predicativa ([+arg], [-pred]).

O segundo tipo de língua é aquele em que todo nome é um predicado; o francês é um exemplo claro das línguas [-arg], [+pred]. Sendo assim, o autor explica que os nomes nunca poderão ocorrer em

¹³ A propriedade de ser uma instanciação de uma espécie não faz nenhuma diferença entre instanciações singulares e plurais. Fido é uma instanciação tão boa da espécie dos cachorros quanto Fido e Barky. Isso significa que a propriedade que corresponde à espécie aparece como massiva. Tradução nossa.

posição argumental sem a presença de um determinante ou projeção funcional. Nessas línguas a distinção contável/massivo é um tanto frouxa e passível de alteração dependendo do contexto, uma vez que, como explicamos anteriormente, tanto um indivíduo é um representante de uma espécie, quanto a soma dele com outro; do mesmo modo, espécies e nomes de massa aparecem da mesma forma quando usados em função de predicado. O italiano e o espanhol também são exemplos desse tipo de língua.

Finalmente as línguas germânicas, mais especificamente o inglês, são do tipo [+arg], [+pred]. As considerações do autor são de que nessas línguas os nomes podem livremente ser argumentos ou predicados; nas palavras dele “lexical entries, can either denote kinds or predicates”¹⁴ (CHIERCHIA, 1998: 356). Assim, nomes contáveis e de massa são predicados. Os nomes de massa podem ser argumentos nus; já no caso dos contáveis a função que gera as pluralidades se aplica, fazendo com que a língua não permita um uso nu do singular. Todavia, como apresentado anteriormente, as pluralidades e o domínio dos massivos podem passar de argumentos para propriedades e vice-versa, o que explica a existência tanto do nome nu plural quanto do uso predicativo.

Todas estas possibilidades são viabilizadas pelas operações DOWN e UP, que transformam propriedades em espécies e espécies em propriedades. O operador down aplica-se apenas a pluralidades com a finalidade de obtermos um indivíduo espécie que possa ocupar a posição de argumento. Assim definido, o autor representa logicamente o operador \circ (down)¹⁵:

Para qualquer propriedade P e mundo/situação s,



$\circ P = \lambda s \iota Ps$ se ιPs está em K
indefinido caso contrário

em que Ps é a extensão de P em s.

Já o operador \cup (up) mapeia indivíduos em predicados e é definido como se segue¹⁶:

¹⁴ Entradas lexicais podem tanto denotar espécies quanto predicados. Tradução nossa.

¹⁵ Chierchia (1998: 351). A variável K na fórmula do operador refere-se ao domínio das espécies, segundo o autor.

¹⁶ Ibidem (350).

Seja d uma espécie. Então para qualquer situação s ,



$\ulcorner d = \lambda x[x \leq ds,]$ se ds está definido
 λx [FALSO], caso contrário

em que ds é o indivíduo plural que contém todos os membros atômicos da espécie.

Com esses dois operadores o autor deriva suas sentenças com os respectivos sintagmas em suas interpretações de espécie e indefinido (fraco)¹⁷. No próximo capítulo, no qual trataremos do PB, demonstraremos o uso dos operadores com maior profundidade. Devemos apenas deixar claro que o autor também assume várias restrições de interpretação do plural *nu*, (apontadas também por Krifka *et. al.* (1995) e Carlson (1977, 1982)), como a falta de interação de escopo mesmo nas sentenças em que o plural *nu* tem interpretação de indefinido. Porém um ponto novo que aparece na argumentação do autor faz menção à retomada anafórica e mostra que a interpretação pode variar entre a genérica e a indefinida:

- (40) *Cats are scratching themselves.*
 Gatos estão se arranhando.

Em uma das interpretações gatos arrancam outros gatos, orientação de espécie, na outra gatos arrancam a si mesmos, orientação de objeto, segundo as predições do autor. Esse dado mostra que nem sempre o plural *nu* é orientado para a interpretação de espécie, como ressalta o próprio Chierchia, já que existe a possibilidade de que haja gatos num determinado espaço-tempo que executem a ação e isso é incompatível com a interpretação de espécie.

1.6 CONCLUSÃO

Dado esse conjunto de asserções mais gerais acerca do nosso fenômeno, entendemos que o plural *nu* no inglês ainda é alvo de

¹⁷ Indefinido fraco é o SN que se comporta como um indefinido no sentido de inserir uma variável, mas não exibe todas as propriedades de um indefinido (interação de escopo, por exemplo). Para uma melhor compreensão do que seja um indefinido fraco, remetemos o leitor aos textos de Carlson (1982, 2003).

discussão na literatura e que estamos aqui apenas diante de uma das linhas teóricas. Vimos que os autores propõem abordagens que diferem no entendimento do plural nu enquanto abstração teórica, mas não nas interpretações que ele pode ter. Se por um lado temos Carlson afirmando que invariavelmente o plural nu é um designador rígido que denota espécie, por outro temos Krifka *et. al.* (1995) apresentando evidências e a favor da ambiguidade do plural nu do inglês.

Em relação ao PB, adotaremos a divisão de predicados (de indivíduos e de estágios) proposta por Carlson (1977), mas isso não significa que adotaremos a mesma visão do autor quanto ao plural nu. Tomaremos também as operações que Chierchia (1998) propõe como fundamentalmente corretas, mas alargaremos um pouco a aplicação de seus operadores.

Por fim, os testes de Krifka *et. al.* (1995) nos ajudarão a mostrar como o plural nu pode ser entendido e interpretado, talvez não de um modo inteiramente novo, mas apenas com algumas pequenas possibilidades ainda não exploradas.

CAPÍTULO II- O PLURAL NU DO PB: ABORDAGENS PRÉVIAS

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo nos deteremos nas propostas e análises já feitas sobre o plural nu no PB. Discutiremos os trabalhos de Müller (2000, 2002a, 2002b, 2004), Schmitt & Munn (1999, 2002) e Munn & Schmitt (2005) Dobrovie-Sorin & Pires de Oliveira (2008), bem como Pires de Oliveira e Rothstein (2010). Especificamente, mostraremos que dentre os trabalhos de Müller a análise do plural nu vai sofrendo alterações, passando de totalmente indefinido a ambíguo entre indefinido e espécie.

O leitor notará que muitos dos nossos argumentos serão adaptados das discussões sobre o singular nu, já que a maior parte dos autores prefere trabalhar com esse sintagma, por ser considerado mais produtivo na fala espontânea. Com isso, os argumentos acabaram, de certa forma, sendo estendidos para o plural nu, como se eles fossem equivalentes. De fato veremos que isso acontece, como demonstram Pires de Oliveira e Rothstein (2010) em quem nos apoiaremos no quarto capítulo, principalmente, para mostrar que singular nu e plural nu não são iguais.

Mostraremos dentro dessa literatura a controvérsia que ora considera o plural nu um indefinido genérico (os trabalhos de Müller *supra* citados), ora uma expressão de referência a espécie (Schmitt & Munn (1999) e Munn & Schmitt *supra* citados).

2.2 MÜLLER: O PLURAL NU É INDEFINIDO OU AMBÍGUO?

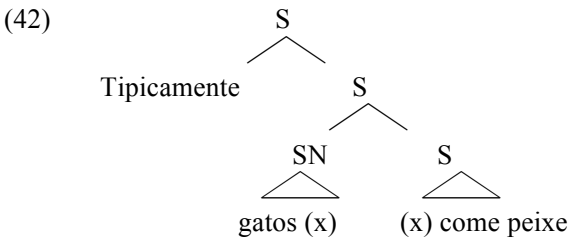
Müller (2000: 18) aplica os testes de Krifka *et. al.* (1995) ao PB; seu objetivo é diferenciar o singular nu do definido genérico. A autora trata o definido genérico como uma expressão de referência a espécie e o singular nu como um indefinido genérico. Müller (2000) aproxima o plural nu do singular nu, igualando-os com o indefinido singular. A análise da autora é pautada em um quantificador genérico que prende a variável inserida pelo sintagma indefinido sob seu escopo. Essa análise faz com que a sentença genérica seja vista como uma estrutura tripartite: operador, restrição e matriz. A matriz é a generalização em si e a restrição é o elemento sobre o qual se faz a generalização (cf. KRIFKA *et. al.* (1995) e HEIM (1982)).

(41) Gatos comem peixe.

A interpretação desta sentença pode ser feita com a paráfrase abaixo:

(41') Gatos tipicamente comem peixe.

Müller (2000: 10) argumenta que as sentenças genericamente quantificadas ocorrem com todos os tipos de sintagmas, inclusive com o plural nu. Mais adiante, a autora mostra que a estrutura tripartite das sentenças genericamente quantificadas descrita na literatura como em (42) (cf. LEWIS 1975, HEIM 1982), se aplica às sentenças do PB:



Estas estruturas tripartites, pensadas como sentenças condicionais desde o trabalho de Lewis (1975), são parafraçadas como se são gatos então comem peixe. Mesmo que os advérbios não estejam expressos na sentença, sempre que detectamos algum tipo de generalização, as sentenças são entendidas como tendo um advérbio não necessariamente exaustivo. Assim uma paráfrase possível para a estrutura em (42) é algo como “tipicamente, se x é gato, então x come peixe”.

Müller (2002a) leva adiante a análise de Müller (2000) e defende que o plural nu no PB é um indefinido genérico incapaz de denotar espécie. A autora desenvolve a ideia de que os nomes contáveis no PB são neutros para número, e que na verdade são operadores de singular e plural que estipulam o tipo de denotação que o nome pode receber, em termos de atonicidade e pluralidade. A denotação dos nomes de massa nu predicativos que encontramos em Chierchia (1998), Müller (2002a) atribui aos nomes comuns, ou seja, um nome comum como “gato” tem em sua denotação tanto os átomos de gatos quanto os conjuntos de qualquer número de gatos (cf. 1.5). Os operadores são

então aplicados ao nome, ora excluindo as somas, ora excluindo os átomos (MÜLLER 2002a: 17-18):

$$(43) \quad \lambda P \lambda x [P(x) \wedge \neg At(x)] (\text{gato}) \\ = \lambda x [\text{gato}(x) \wedge \neg At(x)] \\ = PL(\text{gato})$$

$$(44) \quad \lambda P \lambda x [P(x) \wedge At(x)] (\text{gato}) \\ = \lambda x [\text{gato}(x) \wedge At(x)] \\ = SG(\text{gato})$$

$$(45) \quad [[PL(\text{gato})]] = \begin{matrix} & \{a,b,c\} \\ \{a,b\} & & \{a,c\} & & \{b,c\} \end{matrix}$$

$$(46) \quad [[SG(\text{gato})]] = \begin{matrix} & & & & \\ a & & b & & c \end{matrix}$$

Em (43) temos a descrição formal do operador de plural e em (45) o resultado de sua aplicação para um mundo, ou conjunto, em que apenas 3 gatos existem. Em (44) e (46) apresentamos a versão para o singular. Müller (2002b) também afirma que a denotação dos nomes contáveis no PB é massiva. A autora revisa as operações de singularização e de pluralização propostas por Müller (2002a), apresentadas em (43) e (44) acima, e faz uma alteração na sua operação de PL, obtendo:

$$(47) \quad \lambda P \lambda x [P(x) \wedge Mol(x)] (\text{gato}) \\ = \lambda x [\text{gato}(x) \wedge Mol(x)] \\ = PL(\text{gato})$$

Mol (x): x é um indivíduo molecular (uma soma individual de dois ou mais indivíduos contáveis)

Independente de negar o átomo ou afirmar a soma, os operadores de Müller (2002a,b) cumprem a função de fazer um nome não especificado para número, se entendermos isso como contendo a denotação do semi-reticulado todo, passar a denotar apenas átomos ou apenas pluralidades.

Outra ideia bastante interessante adotada por Müller (2004) para dar conta dos dados do PB é a de Kratzer (1981), que alia a modalidade à expressão da genericidade. A interpretação em tal visão seria pautada: (i) na força modal, que distingue necessidade de possibilidade; (ii) na

base modal, referente ao contexto, ou seja, trata-se do conjunto de asserções (conjunto de conjuntos de “mundos possíveis”) que sustentam a força modal; e (iii) no parâmetro de ordenação, no qual a base modal se organiza a partir do mundo ideal. Segundo a autora, sentenças com indefinidos marcados para número apresentam generalizações acidentais, e indefinidos não marcados para número expressam leis, sendo, portanto, diferentes em função da força modal.

(48) Cachorros têm cinco dentes.

(49) Número ímpar não é divisível por 2.

Devemos considerar neste momento que a autora cede um pequeno contexto para uma sentença, parecida com (48). Em nosso exemplo poderíamos imaginar que sobraram apenas 3 cachorros no mundo e que por obra de algum especialista em reprodução louco os cachorros restantes ficaram com apenas cinco dentes porque isso facilitaria o processo de acasalamento. Estaríamos então frente à base modal (todo mundo no qual sobram apenas três cachorros), e ao parâmetro de ordenação (esse mundo é parecido com o nosso e os cachorros têm apenas cinco dentes devido a alguma razão qualquer). Ainda assim a sentença em (48) é acidental. Já (49) apresenta uma lei matemática.

Nas próximas subseções, discutiremos as diferentes interpretações que o plural *nu* pode receber face ao tipo de predicado com que se combina, e exploraremos a argumentação da literatura para as sentenças em questão, procurando sempre analisar o plural *nu* tanto em posição de sujeito quanto em posição de objeto.

2.2.1 O plural *nu* em sentença genérica

Nesta seção apresentaremos as diferentes interpretações que o plural *nu* recebe quando está combinado com sentenças genéricas.

Quanto à posição de objeto, começemos com uma sentença genérica em que o operador genérico prende a variável de situações e tem escopo mais alto do que o existencial que prende o indefinido:

(50) Pedro come doces depois de acordar.

De acordo com Müller (2002a) esse tipo de sentença tem uma forma lógica como a representada em (50’):

(50') GEN [s; x] (Pedro em s \wedge depois de acordar s; x são doces \wedge Pedro come x em s)
 = GEN [s;] (Pedro em s \wedge depois de acordar s; $\exists x$ (x são doces \wedge Pedro come x em s))

Podemos ainda aplicar a operação de plural na forma lógica da sentença e obtemos:

(50'') a. doces = (PL(doce))
 = $(\lambda P \lambda x [P(x) \wedge \neg At(x)]$ (doce))
 = $\lambda x [\text{doce}(x) \neg At(x)]$

b. GEN [s;x] (Pedro em s \wedge depois de acordar s; PL (doce) \wedge Pedro come x em s)
 = GEN [s;] (Pedro em s \wedge depois de acordar s; $\exists x$ ($\lambda y [y$ é doce \wedge Mol (y)] \wedge Pedro come x em s))
 = GEN [s;] (Pedro em s \wedge depois de acordar s; $\exists x$ (x é doce \wedge Mol (x) \wedge Pedro come x em s))

Müller & Oliveira (2004) exploram a interpretação taxonômica para o plural nu em posição de objeto quando o sujeito é um indivíduo atômico definido.¹⁸

(51) Joana compra cobertores todo inverno.

(52) Santos Dumont inventa aviões.

As autoras argumentam que a interpretação taxonômica é ainda mais forte com predicados que demandam espécies na posição de objeto, caso de (51-52).¹⁹

Com isso, Müller (2004) aponta o plural nu como sendo um possível plural do indefinido singular, já que este sintagma seria especificado para número tanto quanto o indefinido singular. Isso é mais evidente, segundo Müller (2004), em sentenças genéricas que

¹⁸ Elas fazem o mesmo para as sentenças episódicas, que discutiremos na próxima seção.

¹⁹ No próximo capítulo mostraremos que, mesmo quando o sujeito não é um indivíduo atômico definido, o plural nu em posição de objeto de sentenças genéricas tem o mesmo comportamento descrito pelas autoras em seu estudo.

apresentam propriedades ou generalizações acidentais e também admitem exceções quando combinados com predicados ditos essenciais:

(53) Cachorros têm cinco dentes.

(54) Cachorros são inteligentes.

Outra evidência usada (dessa vez por Müller (2002b)) para afirmar que o plural nu do PB é tão ambíguo quanto o plural nu do inglês, se comportando ora como uma expressão de referência a espécie²⁰, ora como um indefinido, vem do teste das espécies bem estabelecidas - proposto por Krifka *et. al.* (1995) e apresentado no capítulo anterior:

(55) a. Cachorros de madame têm veterinário.

b. Cachorros malhados têm veterinário.

O fato de a sentença (55b) ser boa mostra que o plural nu não é uma expressão de referência a espécie, ou pelo menos não unicamente, já que a naturalidade da sentença mencionada aponta para um interpretação existencial indefinida.

O plural nu também é bem formado com recíprocos; isso mostra, segundo a autora, que ele é capaz de prover indivíduos contáveis plurais para que a reciprocidade possa se dar:

(56) Mulheres brigam uma com as outras.

A autora conclui que o plural nu em posição de objeto de sentenças genéricas não apresenta interação de escopo com o operador genérico (ou seja, é não-específico), e em posição de sujeito ele é ambíguo entre uma interpretação genérica e uma interpretação existencial.

2.2.2 O plural nu em sentença episódica

Müller (2000: 13) afirma que sentenças episódicas com o plural nu não são bem formadas semanticamente quando têm o plural nu em

²⁰ Alguns exemplos disso envolvem predicados episódicos e serão apresentados na próxima subseção (2.2.2).

posição de sujeito de predicado de espécie. Porém Müller & Oliveira (2004: 13) afirmam que essas sentenças são bem formadas semanticamente, e que em posição de objeto “something unexpected occurs with bare plurals: the preferred reading in colloquial spoken language is a taxonomic reading”²¹. Desse modo, numa sentença como (57) Joana está comprando diferentes tipos/espécies de cobertores. Em contextos em que a interpretação de espécie é requerida, como por exemplo o verbo ‘inventar’, as autoras são ainda mais enfáticas ao afirmar que “this preference is even stronger”²². As autoras argumentam que o plural nu do PB tem o mesmo comportamento do plural nu do inglês e apresenta ambiguidade entre uma leitura de espécie e de indefinido genérico.

(57) Joana tá comprando cobertores agora.

(58) Santos Dumont inventou aviões.

Já Müller (2002b) afirma que o plural nu nesse contexto pode aparecer como uma expressão de referência a espécie. A autora usa como critério a combinação de predicados que exigem espécie, como ‘estar extinto’, e predicados episódicos com o plural nu em posição de sujeito para fazer tal afirmação.

(59) Araucárias estão extintas.

(60) ? Computadores chegaram no Brasil em 1980.²³

(61) Cachorros estão ficando menores quanto mais pro sul nós viajamos.

(62) Homens descobriram a morfina na segunda guerra.

Como podemos notar, em Müller (2000, 2002a) a análise dada pela autora é a de que o plural nu não pode ter interpretação de espécie; em seu trabalho de 2004, a autora aceita uma interpretação não-

²¹ “alguma coisa inesperada acontece com plurais nus: a leitura preferida na fala coloquial é uma interpretação taxonômica” (Tradução nossa).

²² “essa preferência é ainda mais forte” (Tradução nossa).

²³ Estamos mantendo o julgamento dado por Müller (2002b). No próximo capítulo argumentaremos que nesta sentença o plural nu não é efetivamente o sujeito, apenas ocupa a posição de especificador de IP por outros motivos.

específica para o plural *nu* em posição de sujeito; por fim, Müller (2002b) aceita que o plural *nu* possa denotar espécie. Na próxima seção, nos deteremos sobre a possibilidade de o plural *nu* denotar espécie.

2.3 SCHMITT & MUNN: PLURAL NU É ESPÉCIE?

Como vimos na seção anterior, Müller afirma que o plural *nu* em posição de objeto de sentenças genéricas só tem interpretação não-específica. Esta também é a posição defendida por Schmitt & Munn (1999)²⁴, que usam dados de verbos disposicionais, como “querer”, para mostrar que o plural *nu* nessa posição não apresenta interação de escopo:

- (63) Pedro quer encontrar tartarugas.
Pedro quer ($\exists(x)$ [tartaruga (x) & Pedro encontrar (x)]).

A interpretação dessa sentença não permite, segundo os autores, que o nominal *nu* em posição de objeto tome escopo mais alto do que o verbo intensional. Essa restrição de escopo é vastamente encontrada na literatura e parece ser um fenômeno translinguístico, visto que já foi documentada em inglês e outras línguas germânicas e românicas (cf. Carlson (1977), Chierchia (1998), Krifka *et. al.* (1995)).

Os autores mostram também que com a negação e outros quantificadores, como o universal, o mesmo acontece:

- (64) Lucas não compara cachorros.
(65) Todo menino ganha carrinhos.

Tampouco a interpretação específica é possível em sentenças como (66):

- (66) Lucas pratica esportes nas segundas, terças e quintas.

²⁴ Os autores discutem o Parâmetro do Mapeamento Nominal de Chierchia (1998), apresentado no capítulo anterior, e argumentam em favor de uma revisão dessa proposta, uma vez que ela não dá conta do PB. Eles levam adiante a ideia de que tanto singular *nu* quanto plural *nu* têm essencialmente a mesma distribuição e que são ambos expressões de referência a espécie, como veremos mais detalhadamente no capítulo 4, embora existam pequenas diferenças nas ocorrências entre os dois.

Como os autores assumem a proposta de Carlson (1977), para eles o plural nu sempre terá escopo estreito nesse tipo de sentença. Interessantemente, mesmo que exista um operador existencial nos casos mostrados acima, mais claramente em (63), os autores se apoiam na ideia de que existe sim uma relação que leva do indivíduo ao estágio do indivíduo para manter a proposta clássica de Carlson.

Schmitt & Munn (1999) apresentam uma série de sentenças em que o plural nu não possui interpretação existencial quando combinado com predicados episódicos. Eles assumem, novamente, o mesmo posicionamento de Carlson (1977) ao afirmar que o plural nu sempre toma escopo estreito com respeito à negação e outros quantificadores na sentença, diferentemente do indefinido singular:

- (67) Paulo não viu manchas no caderno.
- (68) Todo aluno está vendo manchas no quadro.
- (69) Todo aluno viu manchas no quadro às 2, às 4 e às 6 da tarde

Schmitt & Munn (1999) admitem a presença do plural nu em posição de sujeito tanto quanto em posição de objeto (como vimos anteriormente), ou seja, sem nenhum contexto ou informação adicional.²⁵

- (70) Meninos estão jogando bola no jardim
- (71) Elefantes estão marchando pro leste.

Os autores admitem uma interpretação existencial neste contexto, igualando o plural nu do inglês ao plural nu do PB nos moldes de Carlson (1977) e Krifka *et. al.* (1995).

Já Schmitt & Munn (2002) admitem que os nominais nus podem ter interpretação existencial. Dizem eles²⁶:

existential readings are also licensed in both

²⁵ Diferentemente do singular nu, como veremos no capítulo 4.

²⁶ interpretações existenciais também são licenciadas tanto em posição de objeto quanto de sujeito para o singular nu e o plural nu [...] não existe restrição sobre o plural nu nem sobre o singular nu. Ambos permitem interpretação existencial. Entretanto, em posição pré-verbal de sentenças episódicas, especialmente quando marcadas com aspecto perfectivo, o plural nu é perfeito. (Tradução nossa).

subject and object position for both bare singulars and bare plurals [...] there is no restriction on bare singulars or bare plurals. Both allow existential readings. However, in the preverbal subject position of episodic sentences, especially when marked with perfective aspect, the bare plural is perfect.
(SCHMITT & MUNN, 2002: 187)

Isso é verdade mesmo que o plural nu seja um nome de espécie, uma vez que os autores se movem dentro da argumentação de Carlson, que mostramos no capítulo anterior. Um dos principais argumentos deles é novamente afirmar que o plural nu do PB, como o do inglês, tem escopo inerte em relação a outros elementos.

Dobrovie-Sorin & Pires de Oliveira (2008) também assumem que o plural nu é uma expressão de referência à espécie e, para além disso, equiparam o singular nu e o plural nu, determinando que as mesmas propriedades se sustentam para os dois sintagmas. As autoras também corroboram a argumentação de Carlson e, mais do que isso, mostram que a chamada interpretação taxonômica é muito forte para o plural nu e divide espaço com a interpretação de espécie.

2.4 CONCLUSÃO

Neste capítulo debatemos alguns estudos que discutem o uso do plural nu no PB. Percebemos claramente que temos duas frentes de interpretação e explicação para o plural nu: uma em que o plural nu é uma expressão inequívoca de referência a espécie e outra em que é um indefinido, apesar de Müller (em especial 2002b) analisá-lo como ambíguo. Ambas as visões concordam que plural nu e singular nu têm a mesma semântica e pequenas diferenças nas restrições para o seu aparecimento.²⁷

A análise de que o plural nu é uma expressão inequívoca de referência a espécie, defendida por Schmitt & Munn (1999, 2002) e Dobrovie-Sorin & Pires de Oliveira (2008), se baseia na aceitabilidade de dados que apontam para um uso genérico do plural nu, e também nas propriedades de interação de escopo (em que o plural nu parece ser

²⁷ Estas serão apresentadas no quarto capítulo, com base no trabalho de Pires de Oliveira & Rothstein (2010).

deficiente, como os nomes próprios) e na ampla aceitabilidade do plural nu em posições argumentais de predicados de espécie com a interpretação genérica, em contexto genérico ou episódico.

- (72) Dinossauros estão extintos.
- (73) Baleias são mamíferos.
- (74) Maria quer sair com advogados.

A outra análise é defendida basicamente por Müller (2000, 2002a, 2002b, 2004), entre outros. Para ela, a falta de escopo não justifica um tratamento do plural nu do PB como uma expressão de referência a espécie; lembre que Krifka *et. al.* (1995) discutem dados do inglês que também apresentam apenas uma das interpretações possíveis e são analisados como indefinidos. Mais do que isso, o fato de o plural nu não se comportar como uma expressão de referência a espécie quando em posição de argumento interno de predicados do tipo ‘inventar’ é um argumento forte para considerá-lo um indefinido não-específico, ou, no máximo, ambíguo entre uma interpretação de espécie e uma interpretação existencial (cf. Müller (2002b) e Pires de Oliveira & Rothstein (2010)).

Um último ponto relevante ao se decidir quanto à análise mais adequada para o plural nu do PB é a forma como a interpretação dele se assemelha à do indefinido singular em grande parte dos contextos:

- (75) a. Santos Dumont inventou aviões.
- b. Maria odeia coelhos que pegam cenoura no seu quintal.

A falta de interação de escopo atestada nos trabalhos *supra* citados, para exemplos como os mostrados em (75), não parece ser um problema, já que em inglês certos usos do indefinido singular também não interagem com outros constituintes em contextos nos quais isso seria esperado, como nos exemplos abaixo:

- (76) **Mary killed a rabbit for an hour.*
*Maria matou um coelho por uma hora.

Como é possível constatar a partir deste capítulo, há evidências em favor de ambas as análises. No próximo capítulo, defenderemos a análise segundo a qual o plural *nu* é um indefinido e não denota espécie.

CAPITULO III – ÁTOMOS E INDEFINIDOS

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, aplicaremos ao plural nu do PB os testes de Krifka *et. al.* (1995) descritos no capítulo 1 e o teste de ligação-A com anáfora possessiva proposto por Viotti & Müller (2003), para mostrar que o comportamento do plural nu no PB é compatível com a análise desse elemento como uma possível contraparte plural do indefinido singular. Além disso, forneceremos evidências de que o plural nu possui átomos em sua denotação.

3.2 OS TESTES DE KRIFKA *ET. AL.* (1995) E VIOTTI & MÜLLER (2003)

Como vimos no capítulo 1, o primeiro teste distingue sentenças caracterizadoras de sentenças particulares, combinando a sentença com advérbios do tipo ‘normalmente’ ou ‘geralmente’:

- (77) a. Gatos têm quatro patas.
b. Gatos normalmente têm quatro patas.

O exemplo em (77a) apresenta uma regularidade da entidade denominada como pluralidade de gato. Em (77b) o advérbio veicula a informação de que é possível que nem todos os seres pertencentes ao conjunto PL(gato), seguindo a notação de Müller (2002a), tenham quatro patas, alterando levemente o sentido da sentença²⁸. Observe que alguns exemplos de sentenças genéricas não têm um comportamento tão uniforme quando combinadas com o plural nu. Isso pode sugerir que a genericidade é uma propriedade do predicado “ter quatro patas”:

- (78) a. Gatos sobem no sofá.
b. Gatos normalmente sobem no sofá.

²⁸ Como notam os autores, (KRIFKA *et. al.*, 1995: 9) a noção de ‘alterar levemente o sentido da sentença’ não é precisa. E se existe a possibilidade de exceção à regra é porque a exceção de fato existe.

Nas sentenças em (78), que também são genericamente quantificadas, não temos essa obrigatoriedade com um indivíduo espécie; na verdade, estamos muito mais próximos de vários átomos (ou objetos) pertencentes ao conjunto/reticulado denotado por “gato”, tornando mais fácil a existência de exceções.

- (79) a. Gatos espalharam meu lixo ontem.
 b. *Gatos geralmente/normalmente espalharam meu lixo ontem.

Nas sentenças em (79) podemos inferir que o falante nem sequer precisa ter visto os gatos que espalharam o lixo, ou seja, ele pode proferir a sentença com base em evidências indiretas, como um miado ou o conteúdo do lixo. (79a) tem a interpretação de que alguns gatos, que eu não sei bem quais, espalharam meu lixo; isto é, temos uma sentença episódica combinada com um indefinido. Ao inserirmos os advérbios ‘normalmente’/‘geralmente’ (exemplo (79b)), que não se combinam com predicados episódicos no perfectivo, o resultado é ruim, como esperado. Os exemplos em (80) evidenciam que o plural nu em posição de objeto do mesmo tipo de sentença mantém as mesmas interpretações:

- (80) a. Pedro alimentou gatos.
 b. *Pedro normalmente alimentou gatos ontem.

O segundo teste de Krifka *et. al.* (1995) diferencia os tipos de SNs que podem ser usados para fazer referência à espécie dos que não podem fazê-lo. Dada a escassez desse tipo de predicado, poderíamos até argumentar em favor de exceções particulares e pontuais, porém vamos argumentar em favor da abordagem que toma o plural nu como um indefinido.

- (81) Dinossauros estão extintos.
 (82) Telefones foram inventados em 1860.
 (83) Baleias estão protegidas por lei.

Em todos os casos, diferentes autores (cf. SCHMITT & MUNN 1999, MUNN & SCHMITT 2005, entre outros) argumentam que o

plural nu tem as mesmas interpretações e comportamento do plural nu do inglês, isto é, de uma expressão de referência a espécie. Em (81), o plural nu parece se comportar como uma expressão de referência à espécie. Mas os exemplos (82) e (83), também compostos por predicados que notadamente necessitam de um sintagma de referência a espécie, quando combinados com o plural nu fazem asserções sobre somas de indivíduos, ou sobre diferentes átomos de um mesmo (sub)conjunto. Na posição de objeto as mesmas intuições se mantêm:

- (84) *A era do gelo extinguiu dinossauros da Terra.²⁹
- (85) Um escocês inventou telefones em 1860.
- (86) A lei ambiental protege baleias.

A sentença (84), em que o plural nu deve ser uma expressão inequívoca de referência a espécie, não é aceitável com esse tipo de interpretação, já que o SN não consegue exprimir a espécie toda.³⁰ Aquelas em que o predicado permite outras interpretações (exemplos (85) e (86)), seja taxonômica, como argumenta Müller (2002b), seja de mais de um objeto, são mais naturais.³¹

No teste que diferencia os SNs de referência ao objeto dos SNs de referência à espécie, o plural nu mais uma vez se comporta como um sintagma de referência ao objeto, por ter o mesmo comportamento do indefinido singular, qual seja, não ser sensível às variações entre a interpretação que é vista comumente como de referência a espécie e a existencial, como nos mostra a aceitabilidade da sentença (87b):

- (87) a. Leões de zoológico têm vida mansa.
b. Leões pequenos têm vida mansa.

²⁹ Há falantes que consideram essa sentença aceitável. Em nosso entendimento, trata-se de um processo de acomodação. Nosso julgamento é o que está descrito no corpo do texto.

³⁰ A conclusão imediata dessa afirmação é a de que o exemplo (81) deveria ser inaceitável, porém não é o caso. Acreditamos, novamente, que se trata de um processo de acomodação. Como veremos na seqüência deste capítulo, Viotti & Müller (2003) defendem que os sujeitos indefinidos de sentenças genéricas estão em uma posição A-barras e são presos pelo quantificador genérico, tendo interpretação não-específica.

³¹ Argumentaremos que nem mesmo a interpretação taxonômica é possível nesses casos, uma vez que, como Krifka *et. al.* (1995) afirmam, essa é uma interpretação de espécie e portanto não pode ser entendida como a de um indefinido.

Em relação ao quarto teste, que distingue sentenças caracterizadoras de sentenças particulares, como apresentado no primeiro capítulo, observe as sentenças abaixo:

- (88) a. Brasileiros bebem cerveja no bar.
 b. Brasileiros tão bebendo cerveja no bar.

A sentença em (88a) é claramente quantificada genericamente e pode denotar um hábito de brasileiros em geral; já a sentença em (88b) é ambígua, mas não por conta do plural nu, e sim pelo progressivo, que pode tanto ser um evento único quanto um hábito de brasileiros. No primeiro caso, a sentença só pode ser interpretada como episódica, e o plural nu denota um grupo específico de brasileiros; já no segundo caso, a sentença é genérica e o plural nu continua podendo denotar um grupo específicos de brasileiros em evento repetitivo ou um grupo de brasileiros quaisquer³².

No quinto teste, Krifka *et. al.* (1995) diferenciam entre propriedades “essenciais”, que são expressas por sentenças caracterizadoras, e propriedades “acidentais”, expressas por sentenças particulares.

- (89) a. Galinhas botam ovo.
 b. Galinhas tão procurando comida de manhã.

O exemplo (89a) é uma sentença caracterizadora, tem sua paráfrase feita tradicionalmente em termos das sentenças condicionais, (como mostramos no capítulo 1) e o operador genérico prende a variável inserida pelo plural nu. Já (89b) é uma sentença ambígua entre a interpretação genérica e existencial devido ao aspecto progressivo do PB apresentar essa ambigüidade. Desse modo, caso optemos por interpretar (89b) como episódica, teremos que prender a variável inserida pelo plural nu com um quantificador existencial, e se optarmos por interpretá-la como genérica teremos que colocar o plural nu sob a ação do quantificador genérico presente na estrutura.

³² Defenderemos que essa afirmação não é tão bem aceita na literatura tanto pela baixa produtividade da sentença quanto pela sua falta de naturalidade. Diremos que trata-se de uma possibilidade lógica, devido tanto às ambigüidades dos termos quanto a estratégias não ambíguas por parte dos falantes, que tendem a preferir formas mais inequívocas para expressar determinadas situações.

Viotti & Müller (2003) apresentam argumentos sintáticos que evidenciam a diferença de interpretação que um sujeito pode sofrer de acordo com a posição que ocupa na estrutura da sentença. Para elas, a interpretação genérica de algumas sentenças viria do fato de o SN estar alojado em algum lugar fora do IP (numa posição A-barra); já nos casos em que o sujeito está em Spec,IP, e portanto sujeitos ao fechamento existencial da sentença, ele tem interpretação existencial.³³

Retomando os casos em que uma mesma sentença pode ter mais de uma interpretação, como exemplificamos em (88b), teríamos, segundo as autoras, o sujeito ocupando posições sintáticas distintas, A e A-barra, para cada interpretação. Isso pode ser visto em (90) e (91) abaixo:

(90) Mulheres dirigem bem.
Tem mulheres que dirigem bem.
[_{IP} ∃ (mulheres x) ([_{VP} e dirigem bem])]

(91) Mulheres dirigem bem.
Se x é mulher, então x dirige bem.
[_{CP}GEN(mulheres x) ([_{IP} e₁[_{VP} e₂ dirigem bem]])]

Tomando por base o trabalho de Negrão & Müller (1996) que descreve a especialização de formas possessivas no PB³⁴, Viotti & Müller (2003) prevêem que sujeitos genéricos sempre serão retomados pela forma possessiva *seu(s)/sua(s)*, enquanto sujeitos existenciais sempre serão retomados pela forma *dele(s)/dela(s)*. Vejamos se a previsão se confirma para o plural nu:

(92) a. ?Meninos sempre quebram os brinquedos deles.
b. Meninos sempre quebram seus brinquedos.

(93) a. Meninos quebraram os brinquedos deles ontem.
b. ?Meninos quebraram seus brinquedos ontem.

³³ As autoras argumentam que o fechamento existencial em PB se dá no nível do IP, e não no nível do VP como propõe Diesing (1992).

³⁴ Segundo Müller & Negrão (1996), no PB “existe uma tendência ao uso da forma possessiva anafórica *seu(s)/sua(s)* quando o SN antecedente é genérico, enquanto que se tende a preferir o uso da forma *dele(s)/dela(s)* quando o sintagma antecedente tem leitura existencial.” (Viotti & Müller, 2003, p. 441). Para uma descrição mais completa desse fenômeno de especialização, remetemos o leitor ao trabalho original.

As sentenças em (92) parecem indicar que o plural nu sujeito de sentenças genéricas é preferencialmente retomado pela forma *seu(s)/sua(s)*, confirmando a previsão. Já nas sentenças episódicas os julgamentos se invertem, como é possível notar em (93), também confirmando a previsão³⁵. Viotti & Müller (2003) mostram que o indefinido singular do PB se comporta exatamente da mesma forma. Isso reforça as bases da análise que defendemos aqui, de que o plural nu se comporta como uma possível contraparte plural do indefinido singular.

Por fim, há alguns contextos em que o plural nu mais uma vez se comporta como um indefinido, mostrando uma ambiguidade inerente de tanto permitir ser preso pelo operador genérico ou pelo operador existencial gerando as diferentes interpretações:

(94) Um menino faz barulhos.

(94') a. GEN[x; y] (y é menino; x são barulhos \wedge y faz x)

b. GEN[x;] ($(\exists y)$ y é menino ; x são barulhos \wedge y faz x)

c. GEN[y;] (y é menino; $(\exists x)$ x são barulhos \wedge y faz x)

Em (94'a) o operador genérico está na posição mais alta e portanto todas as demais variáveis terão interpretação não-específica. Já em (94'b) o quantificador existencial está prendendo a variável introduzida pelo indefinido singular dentro do fechamento existencial, conforme proposto por Viotti & Müller (2003). Logicamente, (94'c) mostra o quantificador existencial prendendo a variável introduzida pelo plural nu. Se assim é, então podemos mais uma vez afirmar que temos evidência para tratar o plural nu como um indefinido que introduz uma variável, como descrito por Müller (2000 e trabalhos posteriores). Além disso, endossamos a visão de Pires de Oliveira e Rothstein (2010), que baseadas em Schmitt & Munn (2002), mostram que o plural nu apresenta interação de escopo com o indefinido singular (que em nosso exemplo ocupa a posição de sujeito) e com outros sintagmas que não outro plural nu³⁶.

Em suma, os testes de Krifka *et. al.* (1995) mostram que o plural nu do PB não admite o comportamento de uma expressão de referência inequívoca a espécie e colocam em dúvida as análises que

³⁵ A distinção não é categórica, como indicam os julgamentos das sentenças em (92), mas segue a tendência apontada pelas autoras.

³⁶ Como vimos no capítulo 2, a visão predominante na literatura sobre o plural nu do PB é a de que esse elemento não entra em relações de escopo com outros elementos da sentença.

tomam o plural nu como ambíguo entre um indefinido e um nome de espécie. Além disso, o teste de Viotti & Müller (2003) mostra que o plural nu se comporta como o indefinido singular quanto à especialização da anáfora possessiva, endossando a análise desse elemento como uma possível contraparte plural do indefinido singular. Por fim, mostramos que o plural nu pode entrar em relações de escopo.

Na próxima seção, discutiremos a denotação do plural nu.

3.3 A DENOTAÇÃO DO PLURAL NU

No capítulo 2, apresentamos a derivação que Müller (2002a) dá para a operação de pluralização e vimos que ela exclui os átomos da denotação do nome contável. Muito dessa decisão pode ser entendida como uma forma de separar o domínio dos contáveis e dos massivos, já que o massivo seria não especificado para número e por isso provido de átomos e pluralidades. Nessa seção, discutiremos a denotação do plural nu, defendendo uma abordagem inclusiva do plural.

3.3.1 Sentenças genéricas

Nas sentenças abaixo temos três indivíduos distintos e predicados caracterizadores. Em (95a) os sujeitos ou átomos do nosso domínio podem correr juntos ou individualmente; o mesmo ocorre com a sentença em (95b), já que eles podem fazer barulho juntos ou em separado. Já em (95c-d) é um tanto estranho apontar que os três só são maratonistas ou morrem quando vistos como um indivíduo plural sem que se tenha os átomos:

- (95) a. Pedro, aquela menina e o gato correm no fim de semana.
 b. Pedro, aquela menina e o gato fazem barulho.
 c. Pedro, aquela menina e o gato são maratonistas.
 d. Pedro, aquela menina e o gato morrem.

Vejam agora como os predicados de (96) se comportam com plurais nus:

- (96) a. Atletas correm no fim de semana.

- b. Máquinas fazem barulho.
- c. Quenianos são maratonistas.
- d. Mamíferos morrem.

Acreditamos que as mesmas interpretações que estão disponíveis para os indivíduos em (95) estão disponíveis também para o plural *nu*, pois temos a possibilidade de o predicado se aplicar aos indivíduos menores que compõem o plural *nu*. Em (96a) cada atleta corre sozinho no final de semana, ou correm em pequenos grupos, ou ainda todos juntos. O mesmo se dá com (96b): cada máquina faz barulho individualmente, ou em pequenos conjuntos, ou grandes conjuntos. Já em (96c) dificilmente alguém conceberá a ideia de que quenianos são maratonistas somente quando estão em grupo, sejam grandes ou pequenos; é atômicamente que essa relação se dá, ou seja, cada átomo em si denota a propriedade do predicado. Por fim, em (96d), embora exista morte coletiva, como um acidente, morrer em nossa intuição é algo individual, algo como nascer, cada um tem o seu.

Os dados em (96) mostram que o plural *nu* é compatível com sentenças que têm leituras distributivas. Isso sugere muito fortemente, se é que não implica, que a denotação do plural no PB precisa ser inclusiva, ao contrário do que assumem Carlson (1977) e Chierchia (1998) em suas ontologias.

O comportamento do plural *nu* em contextos reflexivos e recíprocos corrobora essa ideia:

- (97) Maratonistas sempre se aquecem antes de qualquer prova.
- (98) Mulheres fofocam uma pra/da outra o tempo todo.
- (99) Macacos sempre se abraçam quando tá frio.

A sentença (97) tem uma interpretação reflexiva em que a ação descrita pelo predicado recai sobre cada indivíduo dentro do conjunto de maratonistas. Já em (98) e (99) a interpretação é recíproca. Nossa hipótese é de que quando temos uma interpretação reflexiva, não necessitamos organizar o conjunto em termos booleanos (estrutura de reticulado). Só a leitura recíproca precisa de uma ordenação dentro do conjunto.

3.3.2 Sentenças episódicas

Passando agora para as sentenças episódicas, vamos observar se o comportamento do plural nu nesses contextos corrobora a ideia de que há átomos em sua denotação:

- (100) a. Pedro, aquela menina e o gato correram no fim de semana.
- b. Pedro, aquela menina e o gato fizeram barulho hoje de manhã.
- c. Pedro, aquela menina e o gato foram maratonistas no dia 31 de dezembro.
- d. Pedro, aquela menina e o gato morreram.

Podemos notar que em todas as sentenças em (100) as interpretações coletivas e distributivas estão disponíveis. As sentenças com sujeitos coordenados parecem favorecer uma interpretação de indivíduo plural único, ou seja, em (100b), por exemplo, Pedro, aquela menina e o gato fizeram barulho juntos, e não separadamente. Essa segunda interpretação não é inaceitável, apenas não é a mais saliente. Da mesma forma, em (100d) a tendência é que se interprete a morte de Pedro, daquela menina e do gato como um evento coletivo. Só acessamos a interpretação menos saliente antes da interpretação mais saliente quando há um contexto que o force.

Vejam agora como os predicados de (101) se comportam com plurais nus:

- (101) a. Atletas correram ontem.
- b. Máquinas fizeram barulho de manhã.
- c. Quenianos tão doentes.
- d. Mamíferos morreram ontem.

Como no caso das sentenças genéricas discutidas na subseção anterior, vemos que as interpretações se mantêm para o plural nu. Mais ainda, o fato de a leitura coletiva ser a mais saliente nesses casos não força uma ordenação do conjunto. Com isso, o plural nu não necessariamente

denota a soma máxima de uma estrutura reticulada, o que é também compatível com a nossa hipótese de que o plural nu não denota espécie.³⁷

As possibilidades que se abrem com o uso do plural nu, sob esta ótica, são: (i) optar por não ordenar o conjunto em todos os usos; e (ii) também optar por estabelecer subconjuntos não-ordenados. Essas alternativas (possíveis apenas com átomos em sua denotação), por sua vez, abrem espaço para interpretações não contraditórias, como mostram os exemplos em (102):

- (102) a. Marcos trouxe copos pra festa.
 b. Marcos tá jogando camisas no lixo.
 c. Meninos tão quebrando carros perto da praça.³⁸

Em (102a) a interpretação preferencial é a de que Marcos trouxe vários copos de um mesmo tipo ou em um determinado número; o mesmo para as camisas (102b) e para os carros (102c)³⁹. Sob esse ponto de vista, em (102a) se Marcos trouxe copos de cerveja e tinha cerveja e caipirinha para beber, ele trouxe copos, mas não cumpriu o objetivo de ter onde servir todas as bebidas que estavam sendo oferecidas:

(102a') Teve copos que o Marcos trouxe e teve copos que o Marcos não trouxe.

Veja que essa é mais uma evidência de que o plural nu não exhibe a propriedade da contradição sempre, como apresentado na seção 1.4; ele pode ser não-contraditório, e essa é uma propriedade exclusiva de indefinidos.

³⁷ Podemos notar também que o aspecto perfectivo é quem induz a interpretação coletiva (caso tomemos o presente simples como *default*), lembrando que em sentenças genéricas as interpretações mais salientes são opostas às encontradas aqui.

³⁸ Estamos usando os termos “plural dependente” ou “plural encaixado” de forma imprecisa, apenas para caracterizar sentenças em que temos um plural nu na posição de sujeito e outro na posição de objeto da sentença.

³⁹ Dados como (102c), com plural dependente ou encaixado, são analisados por Pires de Oliveira & Rothstein (2010), que mostram que o plural nu no PB exhibe interação de escopo nessa condição. Munn & Schmitt foram os primeiros a lidar com esse tipo de dados. O trabalho de Pires de Oliveira & Rothstein (2010) será discutido com mais detalhe no capítulo 4.

Um outro dado que merece alguns comentários é a sentença (60) apresentada no capítulo anterior e repetida em (103), que é apontada por Müller (2002b) como sendo evidência de que o plural nu em posição de sujeito de sentença episódica poderia ter interpretação de espécie.

(103) ?Computadores chegaram no Brasil em 1980.

A sentença consiste na combinação de um verbo inacusativo e um plural nu. Sabemos que inacusativos não possuem argumento externo no nível lexical, em que é atribuído o papel temático de agente da sentença. Dada a possibilidade de esse tipo de construção também ser aceita com o argumento posposto ao verbo sem qualquer tipo de degradação ao juízo de aceitabilidade da sentença, não podemos dizer que se trata de um sujeito legítimo do predicado; o plural nu é na verdade um argumento interno movido por questões gramaticais (Caso) para uma posição mais alta na estrutura:

(104) Chegaram cartas ontem de manhã.

(105) Cartas chegaram ontem de manhã.

Ademais, esse sintagma, em qualquer uma das variações de posição que pode ocupar, parece estar sob efeito do fechamento existencial. Parece realmente existir uma diferença no grau de aceitabilidade, seguindo nossa intuição, de sentenças episódicas que têm seus objetos transformados em sujeitos.

(106) a. O gato tá perseguindo baratas ali na sala.

b. ?Baratas tão sendo perseguidas pelo gato ali na sala.

(107) a. O menino jogou pedras no lago ontem.

b. ?Pedras foram jogadas no lago ontem (pelo menino).

(108) a. Um brasileiro tá comprando carros na internet ali na praça.

b. ?Carros tão sendo comprados na internet ali na praça por um brasileiro.

Em todos os pares de sentenças acima parece existir uma distinção das sentenças em (a), nas quais o SN é mais claramente existencial, e das sentenças passivas em (b), nas quais o SN é ambíguo entre uma interpretação existencial e uma não-específica. Por exemplo, em (106a) temos preferencialmente a interpretação existencial das baratas perseguidas, e a interpretação não-específica é mais saliente para as baratas em (106b).

As passivas mostram que o contexto sintático influencia na interpretação mais saliente do SN envolvido, no caso o plural nu.

Por fim, vejamos como se comporta o plural nu em sentenças episódicas nos mesmos contextos recíprocos e reflexivos testados na subseção anterior:

- (109) a. Maratonistas se aqueceram antes da prova.
- b. Mulheres fofocaram uma da/prá outra ontem na festa.
- c. Macacos se abraçaram pra espantar o frio antes de amanhecer hoje.

Podemos observar que as interpretações se mantêm: em (109a) temos uma leitura reflexiva do plural nu, e em (109b-c) temos leituras recíprocas. Isso corrobora a nossa hipótese de que o plural nu não precisa, *a priori*, ser caracterizado em termos de uma estrutura booleana.

3.4 CONCLUSÃO

Vamos elencar de forma sintetizada o que vimos neste capítulo. Nosso primeiro passo foi mostrar a nossa interpretação para os testes de Krifka *et.al.* (1995), que nos levou à conclusão de que o plural nu do PB não é uma expressão inequívoca de referência a espécie, e também não é ambíguo entre uma expressão de referência à espécie e um indefinido.

A partir disso, apresentamos algumas evidências de que o plural nu é uma possível contraparte plural do indefinido singular. Os dados de retomada anafórica preferencial em (92) e (93), bem como o fato de o plural nu entrar em relações de escopo com outros elementos (como mostramos em (94), seguindo o raciocínio de Pires de Oliveira & Rothstein (2010)) e o fato de não ser contraditório no teste de sentenças coordenadas ajudam a confirmar essa hipótese.

Mesmo para Müller (2002b), que admite que o plural nu é ambíguo entre uma expressão de referência a espécie e um indefinido, as

sentenças em que o plural nu é visto como denotando espécie só são aceitáveis por serem caracterizadoras e terem ou um indefinido genérico como sujeito, ou uma expressão de referência a espécie.

Acreditamos que as sentenças são aceitáveis não devido à ambiguidade do SN, mas pelo tipo de predicado, cuja interpretação não se altera quando acompanhado de qualquer SN em posição de sujeito. Observe as sentenças abaixo:

- (110) a. Gatos normalmente têm rabo.
 b. Um gato normalmente tem rabo.
 c. O gato normalmente tem rabo.
 d. Gato normalmente tem rabo.
- (111) a. Carros chegaram no Brasil nos anos 50.
 b. Um carro chegou no Brasil nos anos 50.
 c. O carro chegou no Brasil nos anos 50.
 d. Carro chegou no Brasil nos anos 50.

Em (110) vemos que todas as sentenças têm a mesma interpretação de que os gatos são providos de cauda, mas que a falta de uma cauda em um determinado gato, ou mesmo mais de um, não acarreta na falsidade da sentença. As sentenças em (111) mostram que estamos sempre interpretando os SNs como (sub)espécies. Então afirmamos que alguma(s) espécie(s) de carro(s) chegou(aram) no Brasil e assim o conceito, protótipo, espécie em si acabou por chegar.

Na verdade nem os nomes massivos escapam deste tipo de interpretação, que mesmo carregada de uma certa estranheza pragmática pode com certeza ser aceitável para um informante mais despreocupado respondendo a algum experimento:

- (112) a. Mobília tem quatro pernas.
 b. Mobília normalmente tem quatro pernas.

Talvez os casos mais interessantes sejam aqueles em que o plural nu aparece combinado com um predicado episódico, seja ele de espécie ou não. Veja que em posição de objeto de predicados *type-invented*, como mostramos anteriormente, o plural nu é interpretado como um conjunto existencial de objetos feitos⁴⁰:

(113) a. Graham Bell inventou telefones em 1860.

b. Dumont inventou aviões que cruzaram Paris.

As sentenças acima não podem querer dizer nem que Bell inventou mais de um tipo/espécie de telefone, nem que Dumont inventou mais de um tipo/espécie de avião, pelo fato de que se inventa apenas “o” objeto e não várias vezes o mesmo objeto, depois de inventado, podemos apenas fazer outros mas não inventar. Elas nos dizem é que Bell inventou um aparelho de telefone, depois outro e outro, bem como que Dumont inventou um avião, depois outro e outro⁴¹. Mas todos são telefones e aviões de Bell e Dumont. Mais do que isso, mesmo que milhares de telefones de Bell não tenham funcionado e milhares de aviões de Dumont não tenham voado, eles os criaram e continuaram até chegarem aos que efetivamente cumpriram seus objetivos, mas os outros não caracterizam subtipos ou subespécies, são apenas objetos criados que fazem parte do conjunto de telefones e aviões de Bell e Dumont.

Por fim, discutimos a denotação do plural nu em PB. Em relação a isso, mostramos primeiramente que o plural nu precisa ter átomos em sua denotação, do contrário as leituras distributivas de (96) e (101) não estariam disponíveis. Mais ainda, mostramos que há uma preferência pelas leituras distributivas em sentenças genéricas e coletivas em sentenças episódicas. O comportamento do plural nu em contextos reflexivos e recíprocos corrobora a ideia de que o plural nu deve ter átomos em sua denotação; além disso, fornecem evidências de que o plural nu não necessariamente se estrutura em termos de reticulado (ou seja, um conjunto ordenado). Dito de outro modo: em sentenças nas quais a interpretação deve ser a reflexiva, a denotação do plural nu é um conjunto de átomos não-ordenados (que talvez seja algo

⁴⁰ Poderia também ser argumentado que existe em algum lugar, seja na semântica seja na sintaxe, uma projeção de classificador nesses casos, que poderia induzir uma interpretação de (sub)tipo ou subespécie, mas essa é uma intuição que não seguiremos nesse estudo.

⁴¹ Alguns falantes aceitam a interpretação de tipos para sentenças como essas. Nesses casos, é possível que exista um classificador implícito, como é argumentado para o inglês em Sharvy (1978).

como a denotação *default*⁴²); já em sentenças nas quais a interpretação deve ser a recíproca o plural nu denota pluralidades de um conjunto ordenado (reticulado).

⁴² Se a denotação “*default*” do plural nu são átomos não-ordenados e se a interpretação recíproca ordena os átomos, uma sentença potencialmente ambígua entre uma interpretação reflexiva e uma interpretação recíproca terá como interpretação mais saliente a primeira. Apesar da escassez de predicados ambíguos nesse sentido, acreditamos que a sentença abaixo é uma boa candidata, e a interpretação preferencial é a reflexiva:

- (i) Macacos se coçam.

CAPÍTULO IV – DIFERENÇAS ENTRE O PLURAL NU E O SINGULAR NU

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, mostraremos que o singular nu e o plural nu do PB são diferentes, tomando por base o trabalho de Pires de Oliveira & Rothstein (2010). Isso é importante porque, de modo geral, a literatura sobre o assunto assume que são poucas as diferenças entre esses dois tipos de SNs (cf. MÜLLER 2000, 2002a, 2002b; SCHMITT & MUNN, 1999, 2002; e MUNN & SCHMITT 2005). A mais evidente diz respeito ao morfema de plural, ausente no singular nu. Dito de outro modo, é visível que existe algum tipo de diferenciação numérica entre os constituintes.⁴³

- (114) a. Gato é inteligente.
b. Gatos são inteligentes.

Outro ponto de acordo, levantado por Schmitt & Munn (1999), é o fato de o singular nu ser um pouco mais restrito do que o plural nu, entendimento fortemente guiado pela baixa aceitabilidade, já discutido por Pires de Oliveira & Rothstein (2010), do singular nu em sentenças claramente episódicas:

⁴³ A maioria dos autores assume que o singular nu do PB é neutro para número, com base em exemplos de retomada anafórica como (i), em que observamos que o singular nu pode ser retomado tanto por um pronome singular quanto por um pronome plural:

- (i) Coelho vê o mundo diferente porque ele é muito pequeno/eles são muito pequenos.

Ferreira (2010) mostra que, ao menos em alguns contextos sintáticos, o singular nu é especificado como singular. Isso fica evidente ao observarmos as interpretações que esse sintagma pode receber:

- (ii) a. Eu vi menino que estava se abraçando.
b. Eu vi meninos que estavam se abraçando.

Enquanto o plural nu em (iib) dispara uma leitura preferencialmente recíproca, que pressupõe pluralidades, a sentença (iia), com o singular nu, dispara apenas uma leitura reflexiva (um tanto estranha) na qual um menino estaria abraçando a si mesmo. Ferreira toma esse contraste como evidência de que o singular nu, ao menos nesses casos, é especificado como singular.

(115) a. ??Menino tá sentado no meu tapete.

b. Meninos tão sentado no meu tapete.

Um ponto um pouco menos óbvio diz respeito ao estatuto numérico do singular nu, que para alguns autores é não-especificado para número, o que em nosso entendimento é algo muito próximo à denotação dos nomes de massa descrita em Chierchia (1998); já o plural nu é especificado para número (pois apresenta morfologia de plural), como bem mostrado por Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2009).

(116) a. faqueiro(+/-Número) = [a , b , c , {a,b} , {a,c} , {b,c} , {a,b,c}]

b. menino(+Número) = [a , b , c]

c. meninos(+Número) = [{a,b} , {a,c} , {b,c} , {a,b,c}]

O singular nu ou é visto inequivocamente como um indefinido genérico (cf. MÜLLER (2000, 2002a, 2002b, 2004)), ou é visto como expressão de referência a espécie (cf. SCHMITT & MUNN (2002, 2005), SCHMITT & MUNN (1999), DOBROVIE-SORIN & PIRES DE OLIVEIRA (2009), PIRES DE OLIVEIRA & ROTHSTEIN (2010)); já o plural nu é analisado ou como expressão de referência a espécie, ou como indefinido genérico, ou ainda como ambíguo entre as duas interpretações, como mostramos no Capítulo 2.

Novamente, nos valeremos dos testes de Krifka *et. al.* (1995), desta vez com o objetivo de mostrar as diferenças na distribuição e interpretação do plural e do singular nu no PB. Além disso, nos deteremos sobre a argumentação de Schmitt & Munn (1999), que argumenta em favor de uma aproximação entre o singular nu e o plural nu. Por fim, discutiremos o trabalho de Pires de Oliveira & Rothstein (2010), que mostram diferenças entre esses dois sintagmas.

4.2 KRIFKA *ET. AL.* (1995)

Retomemos o primeiro teste, que separa as sentenças particulares das caracterizadoras, dessa vez comparando o comportamento do singular nu em oposição ao plural nu:

(117) a. Gato tem quatro patas.

b. Gato normalmente tem quatro patas.

(118) a. Gatos têm quatro patas.

b. Gatos normalmente têm quatro patas.

O exemplo em (117a) apresenta uma particularidade da entidade denominada como gato. Em (117b) o advérbio veicula a informação de que é possível que nem todos os seres pertencentes ao conjunto ‘gato’ tenham quatro patas, alterando levemente o sentido da sentença. Em (118a) e (118b) as mesmas leituras apresentadas em (117a-b) se mantêm. Logo, (117a) e (118a) são sentenças caracterizadoras.

Em sentenças episódicas também não encontramos diferenças no comportamento dos SNs:

(119) a. ??Gato espalhou meu lixo ontem.

b.*Gato geralmente/normalmente espalhou meu lixo ontem.

(120) a. Gatos espalharam meu lixo ontem.

b.*Gatos geralmente/normalmente espalharam meu lixo ontem.

Apesar de (119a) ser uma sentença marginal (pelo motivo indicado em (115)), ainda assim (119b) é pior do que (119a). O mesmo se observa na comparação entre (120a-b). Isso indica que as sentenças em (119a) e (120a) são sentenças particulares.

O segundo teste de Krifka *et. al.* (1995:10) mostra que tipos de SNs podem ser usados para fazer referência à espécie usando predicados que só permitem interpretação de espécie:

(121) a. Dinossauro tá extinto.

b. Dinossauros tão extintos.

(122) a. Telefone foi inventado em 1860.

b. Telefones foram inventados em 1860.

- (123) a. Baleia tá protegida por lei.
 b. Baleias tão protegidas por lei.

Aparentemente, em todas as sentenças acima o SN denota espécie. Contudo, como apontamos no Capítulo 3, o plural nu em (122b) e (123b) faz asserções sobre somas de indivíduos ou diferentes átomos de um mesmo (sub)conjunto e não sobre espécies. Já nas sentenças em (a) o SN faz referência à espécie. Pires de Oliveira & Rothstein (2010) explicam essa diferença assumindo que o plural nu nesses casos tem uma leitura taxonômica, enquanto o singular nu permite apenas a leitura de espécie. Para elas, o singular nu é só um rótulo; na verdade, estamos diante de um nome raiz que não é estruturado e que denota o *genus* tanto quanto os nomes massivos.

O terceiro teste, conforme mostramos no primeiro capítulo, diferencia os SNs de referência a espécie dos de referência a objetos. Relembrando: os autores afirmam que não é qualquer SN que pode fazer referência a espécie, mesmo em sentenças caracterizadoras, somente espécies bem estabelecidas:

- (124) a. Bolsa de couro é resistente.
 b. Bolsa preta é resistente.
- (125) a. Bolsas de couro são resistentes.
 b. Bolsas pretas são resistentes.

No Capítulo 3, mostramos que o plural nu não é sensível a esse contraste, e por isso não é uma expressão de referência inequívoca a espécie. As sentenças com singular nu em (124) também não apresentam contraste; logo, o singular nu não poderia ser uma expressão de referência inequívoca a espécie já que eles falham no teste da espécie bem estabelecida.

Schmitt & Munn (1999) afirmam que o plural nu do inglês é tão insensível a esse teste quanto o singular nu do PB. Como os autores também posicionam o plural nu do PB lado a lado com o plural nu do inglês, podemos supor que o singular e o plural nu do PB são iguais em termos interpretativos, respeitada a questão numérica, obviamente.

Mas quando aplicamos o teste da monotonicidade, vemos que o plural nu se comporta diferentemente do singular nu. Mais

concretamente, o plural nu permite a substituição por termos menos específicos quando consideramos a interpretação existencial que esse elemento pode receber, como notamos no Capítulo 3. Essa possibilidade não existe para o singular nu, que sempre se comporta como um termo genérico. Repare nos exemplos abaixo:

(126) a. Bolsa de couro tá entrando na moda. ↗ Bolsa tá entrando na moda.

b. Bolsas de couro tão entrando na moda. → Bolsas tão entrando na moda.

(127) a. Bolsa preta tá entrando na moda. ↗ Bolsa tá entrando na moda.

b. Bolsas pretas tão entrando na moda → Bolsas tão entrando na moda.

Com o próximo teste vamos novamente distinguir sentenças caracterizadoras de sentenças particulares, prestando atenção no comportamento de plural e singular nu:

(128) a. Brasileiro bebe cerveja no bar.

b. Brasileiro tá bebendo cerveja no bar.

(129) a. Brasileiros bebem cerveja no bar.

b. Brasileiros tão bebendo cerveja no bar.

(128a) e (129a) são sentenças caracterizadoras, por apresentarem regularidades sobre qualquer tipo de SN que seja introduzido em sua posição de sujeito. Como mostramos no Capítulo 3, (129b) é ambígua porque o progressivo no PB admite tanto a interpretação genérica quanto a episódica. (128b) em princípio só pode ter interpretação genérica porque o singular nu em posição de sujeito de sentenças episódicas resulta em sentenças consideravelmente degradadas⁴⁴.

⁴⁴ Schmitt & Munn (1999), entre outros, apontam que essas sentenças são aceitáveis quando inseridas em contexto de foco.

(128) e (129) diferem quanto à origem da genericidade: o singular nu é um termo genérico que não necessita de ser preso por um operador, enquanto o plural nu introduz uma variável que precisa do operador. Veja que o um contraste semelhante é encontrado nas sentenças abaixo:

(130) a. Carro chegou no Brasil em 1950.

b. Carros chegaram no Brasil em 1950.

(130a) só pode ter uma interpretação de que os automóveis chegaram no Brasil em 1950. (130b) pode ter interpretações tanto de que exemplares de carros chegaram, quanto de que tipos diferentes de carros chegaram no Brasil em 1950. Se termos que denotam objeto em sentenças particulares apresentam o efeito da monotonicidade crescente para um termo menos informativo, podemos também pensar que o contrário. Um termo genérico em sentença caracterizadora deve poder ser trocado por um mais informativo sem perda da informação ou da verdade da sentença:

(131) a. Carro tem quatro rodas. → Carro a diesel/Carro de ferro tem quatro rodas.

b. Carros chegaram no Brasil em 1950. ⇨ Carros a diesel/Carros de ferro chegaram no Brasil em 1950.

Antes que alguém possa afirmar que a conclusão em (131b) não é verdadeira deixe-nos explorar o nosso ponto. De fato, em uma das interpretações é uma conclusão contrária ao que expomos; se interpretarmos o plural nu taxonomicamente a conclusão deveria ser a mesma apontada em (131a)⁴⁵. Mas caso tomemos a outra interpretação possível, a existencial, então estaremos diante de uma conclusão falsa, já que não necessariamente os carros que chegaram no Brasil em 1950 eram a diesel ou de ferro. Outra interpretação, que respeita nossa intuição, é de que mais de uma unidade de carro chegou no Brasil, sem que se pense necessariamente em subtipo, ou qualquer outra classificação.

⁴⁵ Não estamos afirmando que o singular nu possui interpretação taxonômica, o que queremos afirmar é que uma interpretação taxonômica é, na verdade, uma interpretação de espécie e não existencial como vem sendo afirmado na literatura recente.

O último teste, mais uma vez, vai nos ajudar a diferenciar as propriedades “essenciais” das propriedades acidentais. Seguindo Krifka *et. al.* (1995) estritamente, toda sentença caracterizadora deveria ser essencial e toda sentença particular, acidental. Vejamos os exemplos abaixo:

(132) a. Bola é redonda.

b. ?Bola tá esvaziando nesse frio.

(133) a. Bolas são redondas.

b. Bolas tão esvaziando nesse frio.

(132a) tem apenas a interpretação de espécie, e não a taxonômica ou a leitura existencial, pois ‘ser redondo’ é uma propriedade “essencial” de toda bola. (132b) é menos aceitável devido ao fato de ‘estar esvaziando’ ser uma sentença particular. Podemos reparar que com o plural nu ambas as sentenças são boas; contudo, em (133a) o plural nu recebe uma interpretação não-específica enquanto em (133b) ele tem uma interpretação existencial, não disponível para o singular nu.

4.3 POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO DE ESCOPO DOS NOMINAIS NUS DO PB

Para Schmitt & Munn (1999) tanto o singular nu quanto o plural nu podem ter interpretações genéricas, quer em posição de sujeito quer em posição de objeto.

(134) a. Alunos leem artigos de atualidades pro vestibular.

b. Aluno lê artigo de atualidades pro vestibular.

(135) a. Galinhas são aves.

b. Galinha é ave.

Interessantemente, os autores usam o mesmo tipo de SN na posição de sujeito e objeto em (134); no caso de (135) trata-se de uma concordância esperada, já que se trata de estruturas de predicação. Em

(134) poderíamos esperar outras configurações a depender do tipo de sintagma e de qual posição se quer investigar. Vejamos:

- (136) a. Um aluno lê artigos de atualidades pro vestibular.
 b. Os alunos leem artigos de atualidades pro vestibular.
 c. Aluno lê artigos de atualidades pro vestibular.
 d. O aluno lê artigos de atualidades pro vestibular.
 e. Alunos leem um artigo de atualidades pro vestibular.
 f. Alunos leem os artigos de atualidades pro vestibular.
 g. Alunos leem o artigo de atualidades pro vestibular.

Nos exemplos acima tentamos mostrar as combinações possíveis entre um plural nu na posição de objeto e diferentes tipos de sujeitos e vice-versa, para determinarmos se é apenas no caso discutido por Schmitt & Munn (1999) que a interação de escopo ocorre. Pires de Oliveira e Rothstein (2010) afirmam que o plural nu é ambíguo entre a interpretação existencial e a genérica, porém as autoras não discutem muitos exemplos de interação de escopo, e acreditamos que isso seja importante para a visualização do quadro total do plural nu e dissolução das dúvidas de que o plural nu é um indefinido.

Nas posições em questão, o plural nu pode ter tanto uma interpretação genérica quanto uma interpretação existencial. Repare que em (136a), com o plural nu em posição de objeto, o plural nu pode tanto ser preso pelo genérico quanto pelo existencial e assim podemos ter tanto a interpretação de que existem alguns artigos específicos de atualidades que um aluno lê, quanto a interpretação de que um aluno lê artigos de atualidades em geral.

Outro exemplo bastante interessante que pode fortalecer nossa argumentação mostrando que o plural nu apresenta interação de escopo nos mesmos contextos em que o indefinido singular é (136e), em que a sentença tem como sujeito um plural nu e um indefinido singular como objeto. Em uma interpretação existe um artigo de atualidades específico que qualquer grupo de alunos lê, interpretação existencial de artigo e genérica para alunos, quanto a interpretação existencial para alunos, já que alguns alunos leem, e genérica para um artigo de atualidades.

- (137) a. Um aluno lê artigo de atualidades pro vestibular.
 b. Os alunos leem artigo de atualidades pro vestibular.
 c. Alunos leem artigo de atualidades pro vestibular.
 d. O aluno lê artigo de atualidades pro vestibular.
 e. Aluno lê um artigo de atualidades pro vestibular.
 f. Aluno lê os artigos de atualidades pro vestibular.
 g. Aluno lê o artigo de atualidades pro vestibular

Olhando para o singular nu, vemos que ele não apresenta as mesmas possibilidades de interpretação do plural nu nas mesmas condições. (137a) só tem a interpretação de que um aluno em geral, ou mesmo um aluno específico, lê o gênero conhecido como artigo de atualidades para o vestibular, ou seja, não existe uma interpretação existencial para o objeto nesse caso. (137e) tem também as mesmas possibilidades de (137a), ou seja, ou existe um artigo que o alunado lê ou o alunado lê qualquer artigo de atualidades pro vestibular.

Em suma, podemos perceber que, ao contrário do que já havíamos mostrado para o plural nu no Capítulo 3, o singular nu não apresenta interação de escopo com outros elementos da sentença; independentemente da posição que ocupa na sentença, esse elemento sempre tem escopo estreito.

4.4 OS NOMINAIS NUS EM SENTENÇAS EPISÓDICAS

Para Schmitt & Munn (1999) tanto o singular nu quanto o plural nu podem ter interpretações episódicas, embora o singular nu seja mais restrito na posição de sujeito do que o plural em sentenças claramente episódicas.

- (138) a. Macacos tão roubando a comida dos visitantes
 b. ??Macaco tá roubando a comida dos visitantes.

Para esses autores, nenhum desses dois tipos de sintagma apresenta restrições quando em posição de objeto, mas apresentam diferenças interpretacionais, como mostram mais consistentemente Pires de Oliveira & Rothstein (2010):

(139) Joana vendeu computadores.

(140) Joana vendeu computador.

Temos, segundo as autoras, interpretações genéricas disponíveis para ambas as sentenças; além disso, (139) pode ter também uma interpretação existencial.

Logo, na posição de sujeito de sentenças episódicas somente o plural *nu* pode aparecer, por ter interpretação existencial. O singular *nu*, conforme já notado pela literatura e recapitulado aqui, não pode ter interpretação existencial, pois isso torna a sentença mal formada. Já em posição de objeto o singular *nu* tem sempre escopo estreito quando em contexto de interação e parece denotar espécie/gênero/tipo, ao passo que o plural *nu* nessa posição pode ter tanto uma interpretação genérica quanto uma interpretação existencial.

4.5 CONCLUSÃO

Podemos claramente notar que a interpretação do singular *nu* se mantém estável diante de outro elemento com o qual poderia haver interação de escopo, enquanto o plural *nu* exhibe propriedades claras de um sintagma indefinido. O plural *nu* na sentença (136c) tem o mesmo comportamento de (137a) e (137c). Repare como é possível fazer as interpretações indefinida e existencial plural com essas duas sentenças, sem variar a interpretação do singular *nu*. O contrário também é válido, (136c) também parece fazer um par mínimo com (137e).

Essas são evidências fortes para não aceitarmos uma análise do singular *nu* como um indefinido, contrariando muito do que Müller (2000 e trabalhos seguintes) e Müller & Oliveira (2004) apontam para o PB, mas também são evidências contundentes contra Schmitt & Munn (1999, 2002), Munn & Schmitt (2005) e Dobrovie-Sorin & Pires de Oliveira (2008) de que plural *nu* e singular *nu* no PB têm o mesmo comportamento. Apenas Pires de Oliveira & Rothstein (2010) apontam que o plural *nu* pode assumir uma interpretação que é impossível para o singular *nu* e diferenciam estes dois sintagmas.

CAPITULO V – CONCLUSÕES

No primeiro capítulo, mostramos que Krifka *et. al.* (1995) fornecem evidências, através dos testes de genericidade, de que o plural nu em inglês é ambíguo entre um nome de espécie e um indefinido. Mostramos também que Carlson (1977, 1982) assume que o plural nu do inglês é um designador rígido. Por fim, vimos que Chierchia (1998) propõe um parâmetro semântico de mapeamento nominal, desenvolvendo a proposta de Carlson.

No segundo capítulo, revisamos a literatura sobre o plural nu do PB. Mostramos que há basicamente duas análises alternativas para esse sintagma: uma que o classifica como uma expressão de referência inequívoca a espécie e outra que o trata como um indefinido. Temos também uma proposta que afirma que o plural nu pode ser ambíguo entre as duas interpretações.

Dentre os principais argumentos para a primeira análise estão o fato de o plural nu não entrar em relações de escopo com outros elementos da sentença, bem como na aceitabilidade de dados que apresentam um uso genérico do plural nu, e também na ampla aceitabilidade do plural nu em posições argumentais de predicados de espécie. Já os que advogam em favor da análise do plural nu como um indefinido defendem que a ausência de relações de escopo não justifica um tratamento do plural nu do PB como uma expressão de referência a espécie; além disso, o fato de o plural nu não se comportar como uma expressão de referência a espécie quando em posição de argumento interno de predicados do tipo ‘inventar’ é um argumento forte para considerá-lo um indefinido não-específico, ou, no máximo, ambíguo entre uma interpretação de espécie e uma interpretação existencial.

No terceiro capítulo, defendemos a análise do plural nu do PB como um indefinido. Para isso, mostramos, através dos testes propostos por Krifka *et. al.* (1995) que o comportamento do plural nu do PB não é compatível com o de uma expressão de referência inequívoca a espécie; também mostramos que seu comportamento não é compatível com a análise da ambiguidade defendida por Müller (2002b). Como argumentos para embasar nossa escolha, usamos o teste de retomada preferencial por anáfora possessiva (que mostrou que o plural nu tem o mesmo comportamento do indefinido singular) e mostramos que o plural nu entra em relações de escopo com outros elementos da sentença (novamente, como o indefinido singular). Também mostramos que o plural nu do PB, assim como o indefinido singular, tem interpretação

não-contraditória quando usado em contexto de coordenação. Desse modo, acreditamos que a análise do plural nu do PB como um indefinido no sentido de apresentar todas resposta positiva para todas as características apresentadas anteriormente.

Ainda no terceiro capítulo, discutimos a denotação do plural nu. Mostramos, com base no comportamento do plural nu com predicados que exigem interpretação coletiva e distributiva, que, contrariamente ao que assumem Chierchia (1998), Müller (2000, 2004) e Schmitt & Munn (1999, 2002), o plural nu do PB deve ser inclusivo, ou seja, deve conter os átomos em sua denotação. Mais ainda, o comportamento do plural nu em contextos de reflexividade e reciprocidade aponta para a conclusão de que os átomos na denotação do plural nu do PB não estão necessariamente ordenados em termos de uma estrutura booleana.

Finalmente, no quarto capítulo comparamos o plural nu e o singular nu do PB. Mostramos que, apesar de a maior parte dos trabalhos sobre o assunto aproximar os dois sintagmas, eles diferem em uma série de aspectos, como distribuição e interpretação. Mais especificamente, o singular nu não pode ser analisado como um indefinido, pois além de não entrar em relações de escopo, ele não permite uma interpretação existencial (muito provavelmente o singular nu está mais próximo do nome de massa nu, como argumentam Pires de Oliveira & Rothstein (2010)). O comportamento do plural e do singular nu nos testes de monotonicidade ajudam a evidenciar ainda mais essas diferenças interpretativas. Além disso, o singular nu em posição de sujeito de sentenças episódicas não resulta em sentenças bem formadas, diferentemente do plural nu.

REFERÊNCIAS

- CARLSON, G. (1977). A Unified Analysis of English Bare Plurals. *Linguistics and Philosophy*, 1, 413-357.
- CARLSON, G. (1982). Generic Terms and Generic Sentences. *Journal of Philosophical Logic*, 11, 145-181
- CHIERCHIA, G. 1998. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics* 6: p. 339-40
- DIESING, M. *Indefinites*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1992.
- DOBROVIE-SORIN, C. ; FERREIRA, M. B. . Number Neutrality: From Pluralization to Unspecified Cardinality. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- DOBROVIE-SORIN, C. ; Pires de Oliveira, R. . Reference to kinds in Brazilian Portuguese: Definite Singulars vs Bare singulars. In: Atle Grønn. (Org.). *Proceedings of the SuB12*. Oslo: ILOS, v. , p. 107 - 121.
- DOBROVIE-SORIN, C. & Pires De Oliveira, R. 2010. “Generic bare singulars in Brazilian Portuguese”. In *Romance Linguistics 2008*, Arregi, Karlos, ZsuzsannaFagyal, Silvina A. Montrul and Annie Tremblay (eds.), 203–216.
- FERREIRA, M. B. . The Morpho-Semantics of Number in Brazilian Portuguese Bare Singulars. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 9, p. 95-116, 2010
- GONÇALVES, C. C. e C. (2007). *Imperfectividade e Morfologia Verbal*. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- HEIM, I. (1982). *The Semantics of Definite Noun Phrases*. Tese de doutorado, University of Massachusetts, Amherst.
- KRIKFA, M., Pelletier, F. J., Carlson, G. N., Alice, M., Chierchia, G., & Link, G. (Eds.)(1995). Genericity: An introduction. In Gregory N.

Carlson and Francis Jeffrey Pelletier (eds), *The Generic Book*. Chicago: University of Chicago Press, 1–124.

LEWIS, D. (1975). “Adverbs of Quantification”. In: E. Keenan, Ed, *Formal Semantics of Natural Language*, 285-312. SNS-Bericht 88-42, University of Tubingen.

MEZARI, M. (2010). *Nominais Nus: primeiras aproximações*. Relatório de pesquisa de Iniciação Científica da UFSC.

MULLER, A. *Sentenças Genericamente Quantificadas e Expressões de Referência a Espécies no Português do Brasil*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 39, p. 141-158, 2000.

MULLER, A. *The Semantics of Generic Quantification in Brazilian Portuguese*. *PROBUS*, n. 14, p. 279-298, 2002.a

MULLER, A. *Genericity and the Denotation of Common Nouns in Brazilian Portuguese*. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 18, n. 2, p. 287-308, 2002.b

MULLER, A; OLIVEIRA, F. *Bare Nominals and Number in Brazilian and European Portuguese*. *Journal of Portuguese Linguistics*, Portugal, v. 3, n. 1, p. 9-36, 2004.

MULLER, A. *Tipos de Genericidade como Tipos de Moralidade*. *Revista Letras (Curitiba)*, Curitiba, v. 60, p. 341-362, 2004.

MUNN, A. & Schmitt, C. 2005. *Number and Indefinites*. *Lingua* 115, 821-855.

NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. *As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas?* *D.E.L.T.A*, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1996.

PIRES DE OLIVEIRA, R. & Rothstein, S. (manuscrito) *Bare noun phrases in Brazilian Portuguese*.

SCHMITT, C. & Munn, A (1999) “Against the Nominal Mapping Parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese”, *Proceedings of NELS 29*

SCHMITT, C. & Munn, A. (2002) “The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese”, *Linguistic Variation Yearbook* 2, 253–269.

SHARVY, R., (1978): Maybe English has no count nouns: notes on Chinese semantics. *Studies in Language* 2:3. 345-365.

VIOTTI, E. & Müller, A. (2003). O comportamento sintático e semântico dos sujeitos indefinidos no Português Brasileiro. *Revista Letras*. Curitiba: Editora UFPR n. 60, p.435-453, jul./dez.